



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: FC5A2-F4B63-6D414



Estudo Técnico 00007/2023-2

Protocolo(s): 09886/2023-5

Assunto: Estudo técnico preliminar

Descrição complementar: Boletim Extraordinário: investimentos públicos e crescimento econômico

Criação: 17/06/2023 22:02

Origem: NATR - Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

BOLETIM EXTRAORDINÁRIO NATR Nº 1/2023

INVESTIMENTO PÚBLICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

JUNHO/2023



SUMÁRIO EXECUTIVO

Apesar da ampla pesquisa sobre a relação entre tamanho do governo e crescimento econômico, há uma literatura relativamente escassa discutindo a relação entre composição do gasto público e crescimento econômico. Na realidade, nem a teoria econômica nem a evidência empírica fornecem respostas claras para a questão de como a composição do gasto público afeta o crescimento econômico de longo prazo. Mas, diversas pesquisas apontam que:

- os investimentos em estradas, energia elétrica, telecomunicações, entre outros, elevam o retorno do capital público e privado, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, gerando crescimento econômico.
- a infraestrutura é uma das variáveis explicativas do desenvolvimento regional, porque ela tem a propriedade de estimulá-lo ou restringi-lo.
- gastos produtivos, tais como capital, educação, transporte e comunicação, têm um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o crescimento.

Numa perspectiva histórica, a condução dos investimentos em infraestrutura no Brasil mudou consideravelmente. Saímos da década de 1970, com os grandes projetos de investimento a cargo do Estado, na esteira do forte expansionismo estatal característico à época, passamos por uma fase de transição, com tendências indefinidas em nível mundial, e chegamos aos anos 1990 com restrições à participação do Estado na economia. Não era mais possível que governos ou empresas estatais tomassem a frente de grandes projetos no ritmo que se observara em tempos passados.

Como conciliar a necessidade de investimentos e os limites impostos pela restrição orçamentária à ação governamental? O contraste entre a demanda por obras, de um lado, e as restrições financeiras do Estado, de outro, combinado com o contexto de abundância na disponibilidade de capitais nos anos 1990, gerou a procura de um espaço de cooperação entre os setores público e privado.



O papel dos governos municipais na determinação do crescimento econômico varia de região por região, tendo como principal fator para tal constatação a estrutura produtiva e o nível de desenvolvimento municipal. Uma região não desenvolvida tende a depender da administração pública municipal (em alguns casos, a Prefeitura é o grande empregador da cidade), sobrecarregando, ainda mais, as finanças públicas. Contudo, existem algumas limitações na atuação do município visando o seu desenvolvimento, tanto pela via de obtenção de recursos como pela execução das políticas públicas por meio dos gastos.

Por exemplo, dentro do Estado do Espírito Santo, alguns municípios têm capacidade limitada de interferir de forma direta na ampliação da base tributária. Enquanto os municípios capixabas do Norte, abrangidos pela Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), podem oferecer um grande diferencial, os do Sul perdem “competitividade” tributária.

Outro limitador se refere às fontes de recursos dos municípios capixabas. Quase a totalidade (94% em média) dos municípios capixabas tiveram as transferências de outros entes (União e Estado) como principal fonte de recursos entre 2016 e 2019. Portanto, a receita dos municípios está atrelada ao comportamento da economia nacional e da economia estadual. Aliado a obstáculos externos, no âmbito interno dos municípios capixabas há falta de preparo técnico (e político). Muitas vezes, não existe vontade política para alterar esta realidade.

Do lado dos gastos, toda vez que existe a necessidade de ajustar a despesa às quedas ocorridas na receita, os municípios recorrem em primeiro lugar aos cortes nos investimentos, uma vez que parcela considerável das despesas são de caráter obrigatório, como os gastos com servidores ativos e inativos, ou essencial à população, como os serviços de limpeza urbana, iluminação pública, transporte público, e de difícil redução relacionadas ao funcionamento da máquina pública e à manutenção e à provisão de bens e serviços postos à disposição da sociedade.



Nesse contexto, torna-se relevante a busca por estratégias de cooperação entre os setores público e privado, mediante, por exemplo, Sebrae, Senac, Sesi, Findes¹, Universidades, órgãos públicos², entre outros.

A variável “investimento” também está presente no ordenamento jurídico do país, o qual impõe várias obrigações: a “regra de ouro”, a previsão no PPA (Plano Plurianual), os novos projetos somente após os atuais atendidos e a conservação do patrimônio público.

Em levantamento recente do TCEES, que apurou a situação das obras paralisadas³ no Estado e municípios, um dado que chama a atenção no binômio “investimento x desenvolvimento regional” é que cerca de 85% do montante de recursos de obras paralisadas no estado do Espírito Santo estão concentradas em obras de infraestrutura, transportes, edificações diversas, mobilidade urbana e saneamento. Ou seja, obras essenciais para alavancar o desenvolvimento da região.

Outra apuração do levantamento foi que o período eleitoral influenciou na retomada e conclusão de algumas obras, denotando a descontinuidade de um gasto público, pilar para o crescimento econômico. O levantamento também apontou que os motivos de paralisação das obras mais citados pelos jurisdicionados do Executivo Estadual e Executivo Municipal são: “abandono da obra pela contratada”, “questões técnicas que vieram a ser conhecidas somente após a licitação”; “contingenciamento de recursos próprios”, “dificuldade de execução conforme previsto em projeto”, “incapacidade técnica da contratada”, “incapacidade financeira da contratada”, “aguardando trâmite interno de aditivo” e “projeto básico deficiente”.

No tocante ao ambiente de negócios⁴, os municípios capixabas melhoraram entre 2019 e 2022: as cidades do Espírito Santo tiveram uma taxa média anual de evolução

¹ Recentemente, a Findes lançou [documento](#) para melhorar ambiente de negócios no Norte do ES.

² O Governo do Estado tem a iniciativa de levar a [Academia de Gestão](#) aos municípios capixabas.

³ O TCEES criou um painel para o acompanhamento das obras paralisadas, fomentando a transparência. Basta acessar [Obras Públicas](#) no Painel de Controle do TCEES.

⁴ A Findes (Federação das Indústrias do Espírito Santo) criou o IAN (Indicador de Ambiente de Negócios). O IAN permite um panorama geral do ambiente de negócios do município e auxilia o gestor público a elaborar estratégias de melhoria da qualidade das políticas públicas que afetam o seu território. O IAN foi construído com base em 39 indicadores e organizado em 4 eixos: infraestrutura (base para que as variadas



equivalente a 5%. Entre 2019 e 2022, os municípios capixabas tiveram melhorias nos seguintes eixos:

- **Capital Humano:** O ES teve um esforço conjunto em prol da ampliação da qualidade da educação básica e os avanços na qualificação técnica da mão de obra.
- **Gestão Fiscal:** O Estado conseguiu instituir a cultura da responsabilidade fiscal também no âmbito dos municípios, sendo um pilar da gestão pública capixaba.
- **Infraestrutura:** No ES ocorreu um aumento no acesso à internet de alta velocidade nos municípios, além de melhorias nos indicadores de saneamento básico, principalmente com o avanço da implantação de formas alternativas e inovadoras de administração desse tipo de serviço, como as PPPs.

Contudo, o eixo “potencial de mercado” não apresentou crescimento no período.

Historicamente há uma insuficiência de investimentos no Espírito Santo, o que faz com que o Estado perca dinamismo econômico, principalmente devido à falta de conexões satisfatórias com outros estados brasileiros. O diagnóstico da infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias permite enxergar gargalos e oportunidades a explorar.

No presente estudo, foram selecionados quatro indicadores para o diagnóstico da situação dos gastos com investimentos na administração pública estadual e municipal. São eles: “Ativo não circulante”, “Investimento total / RCL”, “Investimento com recursos próprios / Investimento total” e “Investimento total / Despesa total”. Os dados e análises desses indicadores permitem concluir que:

- O comportamento do Indicador “Ativo não circulante” observado na série de dados (2016/2022) demonstra que poucos municípios capixabas têm capacidade de garantir a geração de serviços públicos no futuro, o que não acontece com o Estado. Diante da crescente necessidade de acesso a serviços públicos pela

atividades econômicas possam funcionar), potencial de mercado (dinamismo da economia em uma localidade), capital humano (habilidades que favorecem o desenvolvimento de atividades inovadoras) e gestão fiscal (capacidade do município de cumprir suas obrigações de forma sustentável, sem ultrapassar limites indicados por lei e fornecer os melhores serviços públicos para a população local).



população, a tendência é que o gargalo entre a oferta e a demanda por serviços públicos piore a cada ano, aumentando a probabilidade de políticas públicas ineficazes e/ou ineficientes, sobrecarregando o Estado na condição de “ajudador”, sobrecarregando os municípios próximos mais bem estruturados, e impelindo o Poder Público a buscar parcerias para a solução dos problemas da sociedade.

- Os resultados dos Indicadores “Investimento total x RCL” e “Investimento total x Despesa total” mostram a disparidade de gastos com investimentos pelos municípios capixabas: alguns investindo pouco (4%) e outros investindo acima da média (10%) do período (2018/2022). O indicador mostra também que não há uma regularidade de gastos com investimentos ao longo dos anos, concentrando-se mais em anos eleitorais (2020 e 2022), o que pode provocar a descontinuidade de obras de infraestrutura em troca de obras com entrega menos complexa e mais rápida, provocando gargalos para o desenvolvimento regional e estadual.
- Segundo o indicador “Investimento com recursos próprios / Investimento total”, somente o Estado e três municípios apresentam, na média do período (2018/2022), alto índice de investimento com fontes próprias. Outros 22 municípios utilizam, na média do período (2018/2022), recursos próprios em mais da metade dos gastos com investimentos. A baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros permite ao ente financiar seus investimentos com menor impacto fiscal futuro, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável. Essa é a realidade para apenas 7 entes federativos (Estado e 6 municípios capixabas) que possuem regularidade no uso de fontes próprias para os gastos com investimentos.



APRESENTAÇÃO

A temática da importância do investimento público no crescimento econômico é objeto de muitas pesquisas. Há um consenso entre os especialistas que o papel passado que o Poder Público exerceu como grande condutor de grandes projetos não se sustenta mais nos dias atuais frente a finanças públicas cada vez mais restritas de recursos e ao aumento na complexidade das demandas sociais.

Alternativas são buscadas mediante parcerias com o setor privado, redução de custos com avanços tecnológicos (política pública eficiente), novas modalidades de gerenciamento, etc. Conhecer a realidade das administrações públicas do Estado e municípios é um passo importante nessa direção.

O presente estudo objetiva apresentar a evolução nos últimos anos do gasto público com investimentos mediante indicadores selecionados. Antes, um contexto conceitual, legal e empresarial é esboçado para ressaltar a importância do tema.

Colaboraram no levantamento dos dados os auditores Gleidson Bertollo (Necex) e Antônio José Bolsoni (NContas) e o assessor Alexandro Polette Bergami (NContas).



CONTEÚDO

INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	9
INVESTIMENTO E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	15
OBRAS PARALISADAS (LEVANTAMENTO PROCESSO TC 707/2020).....	17
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	23
INDICADORES SELECIONADOS: metodologia.....	33
INDICADORES: resultados encontrados	36
ANEXO ÚNICO – Resultados do IAN (Indicador de Ambiente de Negócios) por eixo e por municípios – 2019-2022	44
APÊNDICE A – Indicador “ATIVO NÃO CIRCULANTE”	46
APÊNDICE B – Indicador “INVESTIMENTO TOTAL / RCL”	48
APÊNDICE C – Indicador “INVESTIMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS / INVESTIMENTO TOTAL”	50
APÊNDICE D – Indicador “INVESTIMENTO TOTAL / DESPESA TOTAL”	52



INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento e crescimento econômico regional estão intrinsecamente relacionados a variáveis que determinam o bem-estar da sociedade local, apresentando grande proeminência tanto no debate público quanto no acadêmico⁵. Dentre os determinantes desses processos figuram tópicos como produtividade, investimento, demografia, etc.

Muitas pesquisas concluem que os investimentos em estradas, energia elétrica, telecomunicações, entre outros, elevam o retorno do capital público e privado, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, gerando crescimento econômico. Assim, observa-se um elemento cíclico, em que as variáveis dependem reciprocamente umas das outras.

Benitez⁶ pesquisou a participação e colaboração das infraestruturas no desenvolvimento regional, a partir da relação entre o produto e a produtividade regional e as diferentes dotações de infraestruturas existentes. Os resultados da pesquisa apresentam-se similares a outros trabalhos que também demonstraram uma forte relação entre a infraestrutura e o desenvolvimento. O recurso “infraestrutura” tem influência e participação nas disparidades regionais por intermédio de seus reflexos sobre a variável “progresso técnico” e sobre o produto regional. Portanto, a infraestrutura é uma das variáveis explicativas do desenvolvimento regional, porque ela tem a propriedade de estimulá-lo ou restringi-lo.

Mendes, Teixeira e Salvato⁷ verificaram os efeitos dos investimentos em infraestrutura na Produtividade Total dos Fatores (PTF) do setor agropecuário brasileiro, no período de 1985 a 2004. Os principais resultados encontrados mostram que o aumento de 1% nos investimentos em rodovia aumenta a PTF, em média, 0,72%, em nível de significância

⁵ JONES, C. I.; VOLLRATH, D. Introduction to Economic Growth. 3. Ed. London: W. W. Norton & Company, 2013.

⁶ BENITEZ, R.M. A infra-estrutura, sua relação com a produtividade total dos fatores e seu reflexo sobre o produto. Planejamento e políticas públicas, n. 19, 2009.

⁷ MENDES, S. M.; TEIXEIRA, E. C.; SALVATO, M. A. Investimentos em Infra-Estrutura e Produtividade Total dos Fatores na Agricultura Brasileira: 1985–2004. RBE Rio de Janeiro v. 63 n. 2 / p. 91–102 Abr-Jun 2009.



de 5%, com o tempo médio de defasagem de um ano. O incremento de 1% em pesquisa aumenta a PTF, em média, 0,43%, em nível de 10% de significância, sendo que o retorno acontece no mesmo ano e o aumento de 1% nos investimentos na relação área irrigada/área plantada aumenta a PTF, em média, 0,20%, em nível de 10% de significância. Além disso, constatou-se que o aumento de 1% nos investimentos no setor de energia elétrica aumenta a PTF, em média, 0,15%, em nível de significância de 10% e o tempo de defasagem é de dois anos.

Ribeiro e Paradizo⁸ analisaram quais componentes do gasto público influenciaram no crescimento econômico dos municípios maranhenses no período 2006-2016. Os gastos correntes apresentam-se positivamente correlacionados e estatisticamente significativos em relação ao crescimento econômico dos municípios maranhenses, entretanto com limite legal para sua execução em consonância a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os gastos com educação e cultura, saúde e saneamento, defesa e investimentos também se revelaram produtivos e contribuem para o crescimento econômico dos municípios maranhenses.⁹

Rocha e Giuberti¹⁰ pesquisaram quais componentes do gasto público influenciaram o crescimento econômico dos Estados brasileiros durante o período 1986-2003. Concluíram que, no longo prazo, tem-se o seguinte diagnóstico: 1) a relação entre gastos com defesa, educação, transporte e comunicação com o crescimento econômico é positiva; 2) a relação entre os gastos com capital e a taxa de crescimento é positiva e aparentemente não-linear; 3) a relação entre os gastos correntes primários do governo e o crescimento econômico é aparentemente positiva e não-linear. Assim, todos os candidatos padrão da literatura para gasto produtivo – capital, educação, transporte e comunicação – têm um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o

⁸ RIBEIRO, B.L. A.; PARADIZO, R. J. S. A influência dos gastos públicos municipais no crescimento econômico dos municípios maranhenses. R. Bras. Eco. de Emp. 2020; 20(1): 87-99.

⁹ Os autores ressaltam que os gastos correntes se apresentaram com uma maior relevância dentro dos componentes do gasto público municipal, na especificação da natureza para o crescimento econômico municipal, devido ao tecido econômico dos municípios maranhenses possuir um baixo desenvolvimento manufatureiro e alta dependência da administração pública municipal.

¹⁰ ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: Uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. Economia Aplicada, 11:463-485 (2007). Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001> >. Acesso em: 21 de Nov. de 2022.



crescimento. A única exceção é a saúde, que aparece com sinal positivo, mas não significativa. A existência de um efeito positivo, porém não-linear, dos gastos em consumo (correntes) sobre o crescimento de longo prazo sugere, a princípio, que este tipo de gasto não é tão prejudicial à economia como se argumenta. Entretanto, o efeito não-linear mostra claramente que existe um limite¹¹ para o aumento deste tipo de gasto (corrente), e isso leva à necessidade de reorientação na composição dos gastos em direção aos gastos com investimento, uma vez que esses têm um efeito positivo sobre o produto.

Nesse contexto, a variável "investimento"¹² é importantíssima em economia, pois dá a dimensão da infraestrutura econômica para uma região se desenvolver ou não: "A infraestrutura pode proporcionar grandes benefícios em termos de crescimento econômico, mitigação da pobreza e sustentabilidade ambiental, mas só quando presta serviços que atendem à demanda efetiva com eficiência".¹³

Cabe a ressalva de que, apesar da ampla pesquisa sobre a relação entre tamanho do governo e crescimento econômico, há uma literatura relativamente escassa discutindo a relação entre composição do gasto público e crescimento econômico. Na realidade, nem a teoria econômica nem a evidência empírica fornecem respostas claras para a questão de como a composição do gasto público afeta o crescimento econômico de longo prazo¹⁴. Acrescenta-se que, dentro da literatura internacional e nacional, a relação entre despesa governamental e crescimento econômico é controversa no método e nos resultados, mas amplamente debatida dentro da academia.¹⁵

¹¹ 61% da despesa orçamentária, de acordo com parâmetros estimados.

¹² Apesar de muito presente no senso comum, o termo "investimento" nem sempre é utilizado com a terminologia técnica com que a Ciência Econômica o emprega, isto é, investimento como "a compra de bens (...) que serão usados no futuro para produzir mais bens e serviços" (MANKIW, 2019). Essa é a definição utilizada, por exemplo, na contabilidade do Produto Interno Bruto (PIB).

¹³ WORLD BANK. World development report 1994: Infraestrutura for development. Washington, 1994, p. 2.

¹⁴ ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: Uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. *Economia Aplicada*, 11:463–485 (2007). Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001> >. Acesso em: 21 de Nov. de 2022.

¹⁵ RIBEIRO, B.L. A.; PARADIZO, R. J. S. A influência dos gastos públicos municipais no crescimento econômico dos municípios maranhenses. *R. Bras. Eco. de Emp.* 2020; 20(1): 87-99.



Numa perspectiva histórica, a condução dos investimentos em infraestrutura no Brasil mudou consideravelmente. Saímos da década de 1970, com os grandes projetos de investimento a cargo do Estado, na esteira do forte expansionismo estatal característico à época, passamos por uma fase de transição, com tendências indefinidas em nível mundial, e chegamos aos anos 1990 com restrições à participação do Estado na economia. Não era mais possível que governos ou empresas estatais tomassem a frente de grandes projetos no ritmo que se observava em tempos passados.¹⁶

Entretanto, o crescimento econômico continuava demandando a ampliação de fontes de energia (hidrelétricas, por exemplo), a integração de regiões e países (rodovias, por exemplo) entre outros. Assim como na época da elevada participação do Estado na economia, demandavam-se obras com altas exigências de capital, longo prazo de maturação e risco elevado.¹⁷

Como conciliar a necessidade de investimentos e os limites impostos pela restrição orçamentária à ação governamental? O contraste entre a demanda por obras, de um lado, e as restrições financeiras do Estado, de outro, combinado com o contexto de abundância na disponibilidade de capitais nos anos 1990, gerou a procura de um espaço de cooperação entre os setores público e privado.¹⁸

No caso específico do ente municipal, o “federalismo fiscal”¹⁹ provoca limites para eles financiarem e promoverem o desenvolvimento em seu território. Como os recursos arrecadados pelos municípios não são suficientes para cobrir suas despesas, a Constituição Federal estabeleceu mecanismos de descentralização de receitas, por meio do qual a União compartilha parte de alguns tributos com estados e municípios, e os estados com seus respectivos municípios. Assim, existem algumas limitações na atuação do município visando o seu desenvolvimento, tanto pela via de obtenção de

¹⁶ GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. Finanças públicas. Elsevier Brasil, 2017.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ O que se denomina federalismo fiscal é a parte do pacto federativo que define a competência tributária para arrecadar tributos, repartir receitas tributárias e as responsabilidades de executar políticas públicas por meio dos gastos.



recursos como pela execução das políticas públicas por meio dos gastos²⁰. Ademais, o papel dos governos municipais na determinação do crescimento econômico varia de estado para estado, tendo como principal fator para tal constatação a estrutura produtiva e o nível de desenvolvimento municipal²¹.

Dentro do próprio Estado do Espírito Santo, alguns municípios têm capacidade limitada de interferir de forma direta na ampliação da base tributária, ou seja, na quantidade de empresas contribuintes do IPTU e do ISS. Os municípios capixabas do Norte, abrangidos pela Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), podem oferecer um grande diferencial: as empresas que lá se instalam podem gozar dos benefícios dos instrumentos fiscais de desenvolvimento do governo estadual em conjunto com os benefícios da Sudene. As empresas que desejam se instalar na área abrangida pela Sudene podem se tornar mais competitivas via redução de custos, uma vez que podem acessar incentivos fiscais do governo federal via Imposto de Renda e encontram facilidades para tomar crédito junto ao Banco do Nordeste.²²

Mesmo que os municípios abaixo do Rio Doce oferecessem incentivos via tributos municipais, o que também poderia ser feito e é feito por municípios acima do Rio Doce, esses incentivos não seriam suficientes para competir com os benefícios da Sudene, em razão de diferenciais na base de cálculo dos impostos e das baixas alíquotas praticadas pelas prefeituras, sobretudo no caso do IPTU. Dessa forma, os municípios localizados no Norte, principalmente municípios polos como Linhares, Colatina e São Mateus tendem a absorver um maior volume de investimentos privados, que também tendem a ocorrer num maior número de setores, promovendo a diversificação econômica destas localidades.²³

Outro limitador se refere às fontes de recursos dos municípios capixabas. Basicamente, a receita de um município é composta de recursos próprios (tributos que arrecada

²⁰ INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Finanças municipais. (Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS / 01). Vitória, ES, 2021. 37 p.; il. tab. (Caderno).

²¹ RIBEIRO, B.L. A.; PARADIZO, R. J. S. A influência dos gastos públicos municipais no crescimento econômico dos municípios maranhenses. R. Bras. Eco. de Emp. 2020; 20(1): 87-99.

²² INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Finanças municipais. (Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS / 01). Vitória, ES, 2021. 37 p.; il. tab. (Caderno).

²³ Ibidem.



diretamente), recursos que recebem, via transferências, do governo federal (FPM e royalties de petróleo e gás, por exemplo) e do governo estadual (QPM-ICMS principalmente), e recursos provenientes de operações de crédito. Raramente as prefeituras capixabas se utilizam de operações de crédito para se financiar, ao passo que quase a totalidade (94% em média) dos municípios capixabas tiveram as transferências de outros entes (União e Estado) como principal fonte de recursos entre 2016 e 2019²⁴. Portanto, a receita dos municípios está atrelada ao comportamento da economia nacional e da economia estadual.

Aliado a obstáculos externos, no âmbito interno dos municípios capixabas há falta de preparo técnico (e político). A pesquisa apresentada pelo Instituto Jones Santos Neves²⁵ revela que há uma grande desatualização acerca dos recursos que podem auxiliar o aumento da receita tributária dos municípios e, conseqüentemente, de sua capacidade fiscal. Revela ainda, um nível de desconhecimento alarmante, uma vez que alguns municípios não souberam responder algumas questões básicas sobre os recursos que estão sob sua gestão²⁶. Deve-se enfatizar que é sobre esses recursos que os municípios têm condições de atuar sem depender das outras esferas de governo. Entretanto, como observado no estudo, não existe vontade política para alterar esta realidade.²⁷

Do lado dos gastos, toda vez que existe a necessidade de ajustar a despesa às quedas ocorridas na receita, os municípios recorrem em primeiro lugar aos cortes nos investimentos, uma vez que parcela considerável das despesas são de caráter

²⁴ Ver estatísticas econômico-orçamentárias dos municípios capixabas no [Painel de Controle do TCE-ES](#).

²⁵ Fonte: [Desenvolvimento Regional Sustentável \(DRS\)](#).

²⁶ Entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2019, o Tribunal de Contas do ES realizou auditorias em todos os municípios capixabas para analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal. O trabalho foi norteado pelos seguintes temas principais: Legislação, Recursos Humanos, Infraestrutura, Fiscalização, Cobrança e Registro do Crédito, a partir dos quais, em geral, se desenvolveram 18 pontos de controle, dos quais se expuseram 39 tipos de irregularidades encontradas. A partir da correção de tais irregularidades, espera-se que os municípios implementem o dever de instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência, o fazendo de forma justa para com seus contribuintes e revertendo os respectivos recursos em favor da sociedade. O resultado dessas auditorias pode ser pesquisado no [Painel de Controle do TCE-ES](#).

²⁷ Conforme Cândido Júnior, alguns fatores podem contribuir para a ocorrência de gastos públicos improdutivos, tais como: i) falta de preparo técnico do pessoal; ii) incertezas; iii) deficiências do processo orçamentário (técnico-operacional e político); iv) corrupção; v) paralisação de obras; entre outros. (CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? Planejamento e Políticas Públicas, v. 2, p. 233-260, 2001.)



obrigatório, como os gastos com servidores ativos e inativos, ou essencial à população, como os serviços de limpeza urbana, iluminação pública, transporte público, e de difícil redução relacionadas ao funcionamento da máquina pública e à manutenção e à provisão de bens e serviços postos à disposição da sociedade.²⁸

A pergunta que resta é, portanto: o que sobra do orçamento para investir, quando investir é uma necessidade? Para Giambiagi e Além²⁹, é justamente nesse dilema que reside a busca por estratégias de cooperação entre os setores público e privado.³⁰

INVESTIMENTO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A variável “investimento” também está presente no ordenamento jurídico do país. Sem querer esgotar o assunto, seguem alguns dispositivos e repercussões legais.

- art. 167, inciso III, da CF (regra de ouro)

Art. 167. São vedados:

[...]

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

Este inciso traz em seu conteúdo uma regra clássica de Finanças Públicas conhecida como a “regra de ouro”. Ao dificultar que as operações de créditos excedam o montante das despesas de capital, esse dispositivo busca que os recursos provenientes das operações de créditos sejam gastos em investimentos, evitando o endividamento público para cobrir despesas de custeio.³¹

²⁸ INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Finanças municipais. (Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS / 01). Vitória, ES, 2021. 37 p.; il. tab. (Caderno).

²⁹ GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. Finanças públicas. Elsevier Brasil, 2017.

³⁰ Em 2022, o Ministério da Economia lançou o [Monitor de Investimentos](#) que visa atrair parcerias privadas. No âmbito do TCEES, foi lançado um [painel](#) com a visão geral das concessões e PPPs no Estado. O Instituto Jones Santos Neves lançou um [painel](#) com os investimentos anunciados e concluídos no ES.

³¹ CARVALHO FILHO, J. R. de. As vedações constitucionais do artigo 167 e o Tribunal de Contas da União [manuscrito] / José Rocha de Carvalho Filho. -- 2008. 52 f



- art. 167, §1º, da CF (investimento no PPA)

Art. 167 ...

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

O artigo 165 da CF rege que o plano plurianual (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Assim, o PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo, 4 anos, da administração pública. A Lei nº 4.320/1964 determina que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Então, se devidamente planejado, os investimentos que delonguem mais de um ano certamente estarão previstos no PPA. Outro procedimento estaria descaracterizando o planejamento do gasto. Este inciso é mais um que zela pelo prévio planejamento dos gastos públicos.³²

Esse comando constitucional é reforçado pelo artigo 5º, § 5º, da LRF:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

[...]

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

- art. 45 da LRF (novos projetos após os atuais atendidos e conservação do patrimônio público, relatório com informações)

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

³² Ibidem.



Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Este artigo reforça a necessidade de se dar fim aos projetos em andamento e adiciona uma importante obrigação que não tem sido foco na atuação dos controladores: as despesas de conservação do patrimônio público. Esses gastos são fundamentais para garantir o funcionamento da infraestrutura criada sem interrupções que afetem os negócios e a geração de riqueza e tributos. Segundo Giambiagi e Além³³, o desinteresse reside no fato de que "... em geral as autoridades tendem a ganhar mais reconhecimento pela realização de novos investimentos, do que pela conservação adequada dos que já foram feitos. Um governador é lembrado por muitas décadas por ter feito a 'rodovia X' e um prefeito pode obter dividendos políticos por muito tempo por ser conhecido como o construtor do 'viaduto Y', mas ninguém é lembrado muito tempo como o 'governador que recuperou a estrada X' ou o 'prefeito que manteve o viaduto Y com um asfalto em excelente estado'.

- Cartilha do PPA do TCEES (Plano de manutenção)
Em 2021, o TCE-ES aprovou uma [cartilha que orienta a elaboração do PPA](#). Entre os vários aspectos abordados, diversos tópicos se voltam para o patrimônio público, envolvendo a política de conservação do patrimônio público.

OBRAS PARALISADAS (LEVANTAMENTO PROCESSO TC 707/2020)

O TCE-ES realizou levantamento (Processo TC 707/2020) para conhecer o real universo de obras paralisadas no Estado do Espírito Santo, identificando a quantidade, valores envolvidos, tipos de obras e causas das paralisações, para subsidiar a proposição de soluções para a retomada das obras.

³³ GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. Finanças públicas. Elsevier Brasil, 2017.



Na primeira etapa da auditoria (dados até fevereiro de 2020), apurou-se um total de 369 obras paralisadas, num montante de R\$ 1,6 bilhão (preços da época da contratação). Dessas, 145 obras paralisadas possuem valor contratual acima de R\$ 1,5 milhão, que corresponde a 39,3% das obras paralisadas no Estado do Espírito Santo. O Executivo Estadual possui 27,2% de suas obras paralisadas com valor contratual até R\$ 1.000.000,00 (18 obras), enquanto o executivo municipal possui 57,8% de suas obras paralisadas nessa faixa (175 obras).

No âmbito municipal, dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, apurou-se que 22 cidades (28,2%) não possuíam obras paralisadas até fevereiro de 2020. Destaca-se que destes, 8 municípios localizam-se na microrregião Caparaó. A microrregião Metropolitana concentra o maior número e montante contratado de obras paralisadas, especialmente os municípios de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha, que juntos totalizam R\$ 500,1 milhões de obras paralisadas (68,5% do valor total).

Destacam-se os seguintes municípios com que possuem valor médio³⁴ de obra paralisada superior a R\$ 1,5 milhão³⁵: Guarapari e Viana (microrregião Metropolitana); Itapemirim e Presidente Kennedy (microrregião Litoral Sul); São Mateus, Conceição da Barra, Jaguaré e Boa Esperança (microrregião Nordeste); Aracruz, Sooretama e Linhares (microrregião Rio Doce); Mimoso do Sul (microrregião Central Sul); Governador Lindenberg (microrregião Centro-Oeste); e Itaguaçu (microrregião Central Serrana).

Um dado que chama a atenção no binômio “investimento x desenvolvimento regional” é que cerca de 85% do montante de recursos de obras paralisadas no estado do Espírito Santo estão concentradas em obras de infraestrutura (22,50%), transportes (22,45%), edificações diversas (19,67%), mobilidade urbana (10,96%) e saneamento (8,84%).

Na segunda etapa da auditoria (realizada em outubro de 2020), apurou-se um total de 290 obras paralisadas no Estado do Espírito Santo, perfazendo um total de R\$ 1,3 bilhão (preços da época da contratação). No âmbito do Executivo Estadual, comparando o

³⁴ Valor obtido pela divisão entre o valor de obras paralisadas contratada pelo número de obras paralisadas em cada município.

³⁵ Valor estabelecido como linha de corte pelo Comitê Interinstitucional de Grandes Obras Paralisadas que orientou o levantamento de obras paralisadas em 2019 em todo o Brasil.



quantitativo de obras paralisadas em fevereiro/2020 e outubro/2020, 6 obras foram concluídas, 7 obras estavam em andamento, 10 obras foram inseridas pelos jurisdicionados e 4 obras, inicialmente não contempladas na consolidação da 1ª etapa da auditoria, foram inseridas para detalhamento na 2ª etapa. Ressalta-se que nenhuma das 10 obras inseridas pelos jurisdicionados tiveram como justificativa para a paralisação o contingenciamento de recursos devido a Covid-19.

No tocante ao Executivo Municipal, foi constatada uma redução significativa do número de obras, entre fevereiro/2020 e outubro/2020, destacando-se que 122 obras foram concluídas, 35 obras estavam em andamento, 34 obras foram inseridas pelos jurisdicionados e 40 obras, inicialmente não contempladas na consolidação da 1ª Etapa, foram inseridas pela equipe de fiscalização para detalhamento na 2ª Etapa. Ressalta-se que nenhuma das 34 obras inseridas pelos jurisdicionados tiveram como justificativa para a paralisação o contingenciamento de recursos devido a Covid-19.

Ainda quanto à redução global de 83 obras (27,48%) do Executivo Municipal entre a 1ª e 2ª Etapa no número de obras paralisadas, destaca-se que as maiores reduções foram observadas nos municípios de Serra (redução de 40 para 5 obras, ou seja, de 87,5%), Cachoeiro do Itapemirim (de 22 para 11 obras, ou seja de 50%) e Itapemirim (redução de 19 para 10 obras, ou seja de 47,37%), totalizando uma redução de 55 obras no total, ou seja, 66,27%.

Somando-se a essa análise, destaca-se o número de obras que foram declaradas na 2ª etapa como concluídas (122 obras) e em andamento (35 obras), perfazendo um total de 157 obras. Vislumbra-se que esses números refletem dois aspectos: um maior comprometimento das equipes técnicas das áreas de engenharia no fornecimento das informações, tendo em vista que a demanda veio do gabinete dos ordenadores de despesa; e o período eleitoral influenciou na retomada e conclusão de algumas obras.

No tocante ao número de obras, por faixas de valor contratual, com os dados apurados na 2ª Etapa do levantamento, foi possível identificar que 110 obras paralisadas possuem



valor contratual acima de R\$ 1.500.000,00³⁶, o que corresponde a 38,06% das obras paralisadas no Estado do Espírito Santo.

O número de obras por faixa de valor contratual é bem distinto quando comparado o Executivo Estadual e o Municipal, sendo que o primeiro possui 63,38% de suas obras paralisadas com valor contratual, a preços iniciais, acima de R\$ 1.500.000,00 (45 obras), enquanto o Executivo Municipal possui 29,68% de suas obras paralisadas nessa faixa (65 obras).

Dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, apurou-se que 21 não possuíam obras paralisadas até outubro de 2020. Observou-se que destes, uma maior concentração está nas microrregiões Centro-Oeste e Caparaó, com 6 municípios em cada uma. Por outro lado, a microrregião Metropolitana concentra o maior número e montante contratado de obras paralisadas, destacando-se os municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha que juntos totalizam R\$ 236,6 milhões de obras paralisadas, ou seja, 91,7% do valor total contratado.

Ressalta-se os municípios que possuem valor médio³⁷ de obra paralisada superior a R\$ 1,5 milhão: Guarapari e Viana (microrregião Metropolitana); Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes (microrregião Litoral Sul); Aracruz, Sooretama e Linhares (microrregião Rio Doce); São Mateus e Conceição da Barra da microrregião Nordeste; Mimoso do Sul (microrregião Central Sul); Marechal Floriano (microrregião Sudoeste Serrana); Governador Lindenberg e Alto Rio Novo (microrregião Centro-Oeste); Itaguaçu (microrregião Central Serrana); e Ibatiba (microrregião Caparaó).

Quanto as fontes de recursos das obras paralisadas sob a responsabilidade do Executivo Estadual, destaca-se os recursos próprios, que representam 81,9% do total contratado, a preços iniciais, e 70,42% do valor total medido.

³⁶ Valor estabelecido como linha de corte pelo Comitê Interinstitucional de Grandes Obras Paralisadas que orientou o levantamento de obras paralisadas em 2019 em todo o Brasil.

³⁷ Valor obtido pela divisão entre o valor de obras paralisadas contratada pelo número de obras paralisadas em cada município.



O Executivo Estadual também conta com diversas fontes de recursos entre financiamentos (14,64% dos recursos contratados nas obras paralisadas) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - (operações de crédito externas), Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (operações de crédito internas) e convênios junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As obras paralisadas do Executivo Municipal apresentam uma configuração distinta do Executivo Estadual, tendo uma maior diversidade de fontes de recursos, menor dependência de recursos próprios (32,21%) e de financiamento (2,22%), quando comparado com o Executivo Estadual.

Consolidando-se as fontes de recursos na esfera municipal, verifica-se que principal fonte de recursos utilizada nas obras paralisadas é contrato de repasse, que representa 34,01% do valor contratado, seguido de recursos próprios (32,21%), quando considerando como fonte exclusiva. Quando considerado o valor de recursos próprios de contrapartida, o total de recursos próprios passam a representar 40,50% do valor contratado. Outra fonte de recursos significativa nessa visão global, são os convênios federais e estaduais, que representam, juntos, 21,60% dos recursos contratados das obras paralisadas do Executivo Municipal.

Os motivos de paralisação das obras mais citados pelos jurisdicionados do Executivo Estadual e Executivo Municipal, que juntos representam cerca de 70% do valor contratado a preços iniciais (R\$ 886,2 milhões), são “abandono da obra pela contratada”, “questões técnicas que vieram a ser conhecidas somente após a licitação”; “contingenciamento de recursos próprios”, “dificuldade de execução conforme previsto em projeto”, “incapacidade técnica da contratada”, “incapacidade financeira da contratada”, “aguardando trâmite interno de aditivo” e “projeto básico deficiente”.

A auditoria constatou que é necessário que o planejamento de médio prazo, consubstanciado no Plano Plurianual (PPA), contemple de forma realista a etapa de



elaboração dos projetos, de modo que o tempo de desenvolvimento seja adequado para abranger todos os estudos e etapas necessárias para uma melhor contratação das obras públicas.

Nesse ínterim, a auditoria estimulou os jurisdicionados a informar quanto às iniciativas para a retomada da execução das obras paralisadas. Assim, numa visão ampla, os jurisdicionados declararam possuir planejamento para a retomada de 123 obras, das 290 obras paralisadas, o que representa 42,41%. No entanto, considerando o valor contratado, a preços iniciais, chega-se a um montante de R\$ 779,0 milhões, que corresponde a 62,09% do valor total contratado de obras paralisadas no Estado do Espírito Santo.

No tocante às obras em que os responsáveis pelos órgãos do Executivo Estadual declararam não possuir planejamento para a retomada da obra, chama a atenção algumas em função da importância social e vulto financeiro do empreendimento:

- Centro de Eventos de Vitória – apesar da administração ter informado, na 1ª etapa do levantamento, que não tem mais interesse em dar continuidade a essa obra, este é um exemplo da falta de planejamento na aplicação dos recursos públicos, haja vista que foram medidos R\$ 960.990,74, valor que poderia ter sido aplicado em obras com maior benefício para a sociedade. Importante destacar que esta obra foi paralisada por “questões técnicas que vieram a ser conhecidas somente após a licitação”, ou seja, poderia ter sido evitado esse dano ao erário se a etapa de projeto tivesse atendido ao estabelecido no art. 6º da Lei 8.666/93 e normas técnicas pertinentes;
- Terminais Urbanos de Vila Velha e Itacibá – as obras de ampliação e modernização destes terminais foram paralisadas em 2014 (motivo: alterações contratuais com reflexos no limite do percentual de aditivo) e 2018 (motivo abandono da obra pela contratada), respectivamente, e não possuem planejamento para a retomada, apesar de serem de uma área sensível às necessidades da sociedade, que é a mobilidade urbana. Para uma maior transparência é importante ter um planejamento de médio prazo para a retomada



dessas obras ou uma análise se houve alteração quanto ao plano de necessidades.

A auditoria recomendou que os gestores municipais realizem um planejamento de médio prazo, contemplando as ações planejadas para a retomada das obras paralisadas, como forma de dar transparência das ações junto à população e subsidiar a elaboração do PPA 2022-2025.

Quanto a tipologia das obras paralisadas, cerca de 85% do montante de recursos de obras paralisadas no estado do Espírito Santo está concentrado em obras de transportes (24,67%), edificações-cultura (14,88%), infraestrutura urbana (13,41%), edificações diversas (9,72%), mobilidade urbana (8,59%) e saneamento (14,61%), ou seja, afetando negativamente a relação “investimento x desenvolvimento regional”.

Por fim, a auditoria sugeriu a criação, no Painel de Controle do TCEES, de um painel para o acompanhamento das obras paralisadas, fomentando a transparência, o que foi materializado no painel específico sobre “[Obras Públicas](#)”, com diversas opções de pesquisa.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Segundo a CNI, o país aporta em infraestrutura de transportes apenas 0,65% do PIB nacional. O patamar ideal para modernizar toda a logística de transportes do país seria o equivalente a 2% do PIB. Na lista dos principais gargalos de transporte que precisam ser solucionados no país temos: infraestrutura das rodovias (67%), infraestrutura de ferrovias (34%), ampliação/duplicação de rodovias (10%), custo do combustível (9%) e acesso aos portos (9%).³⁸

Localizado na região Sudeste do Brasil, o Espírito Santo possui uma área territorial de aproximadamente 46 mil km². De acordo com o IBGE, a população estimada do estado

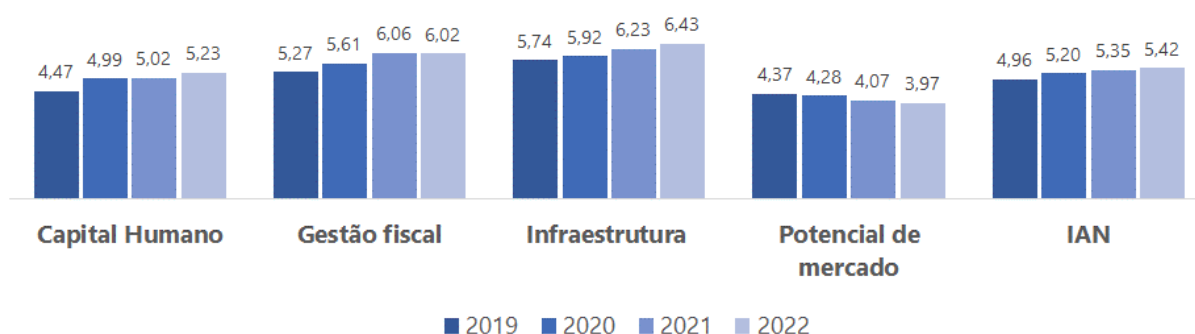
³⁸ Fonte: Ideies (“[Qual é a saída para reduzir os custos em logística no Brasil?](#)”)



é de 4,1 milhões de habitantes em 2021, sua densidade demográfica é de 76,25 hab/km² e possui um IDH de 0,740 em 2010 (7º do país).

Entre as vantagens competitivas, a posição geográfica do Estado é um ponto-chave: as principais capitais brasileiras estão em um raio de 1.200 km, ou seja, o Estado está muito próximo de 60% do PIB nacional. Ademais, o Estado tem vocação natural para o comércio exterior.

No tocante ao ambiente de negócios³⁹, os municípios capixabas melhoraram entre 2019 e 2022: as cidades do Espírito Santo tiveram uma taxa média anual de evolução equivalente a 5%.⁴⁰



Evolução do IAN e dos seus eixos

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria

Entre 2019 e 2022, os municípios capixabas tiveram melhorias nos seguintes eixos:

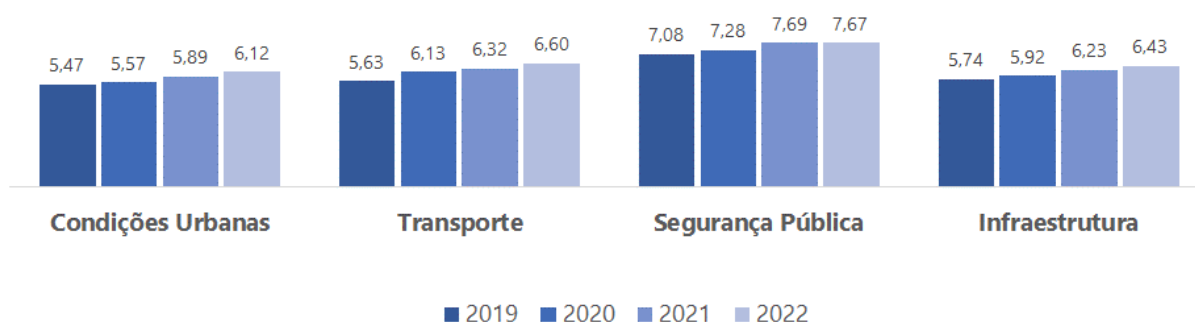
³⁹ A Findes (Federação das Indústrias do Espírito Santo) criou o IAN (Indicador de Ambiente de Negócios). O IAN permite um panorama geral do ambiente de negócios do município e auxilia o gestor público a elaborar estratégias de melhoria da qualidade das políticas públicas que afetam o seu território. Para a iniciativa privada, o IAN auxilia os empreendedores a conhecer a realidade específica do ambiente de negócios dos municípios do ES na sua tomada de decisões estratégicas. O IAN foi construído com base em 39 indicadores e organizado em 4 eixos: infraestrutura (base para que as variadas atividades econômicas possam funcionar), potencial de mercado (dinamismo da economia em uma localidade), capital humano (habilidades que favorecem o desenvolvimento de atividades inovadoras) e gestão fiscal (capacidade do município de cumprir suas obrigações de forma sustentável, sem ultrapassar limites indicados por lei e fornecer os melhores serviços públicos para a população local).

⁴⁰ Ver Anexo Único - Resultados do IAN (Indicador de Ambiente de Negócios) por eixo e por municípios – 2019-2022.



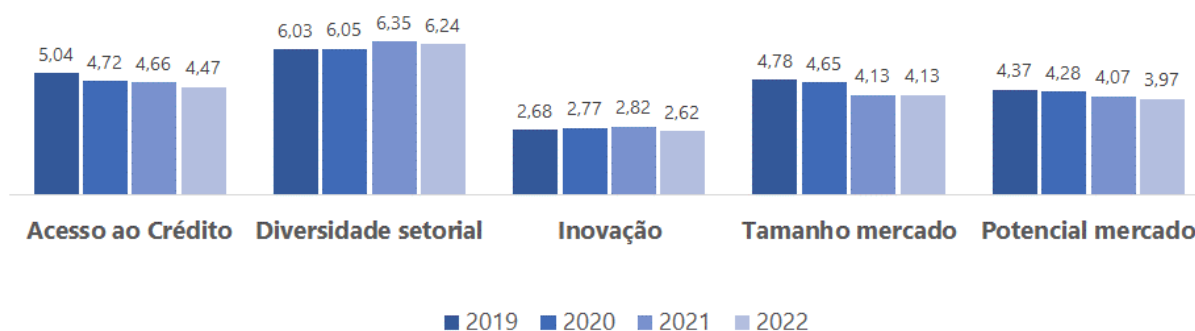
- **Capital Humano:** O ES teve um esforço conjunto em prol da ampliação da qualidade da educação básica e os avanços na qualificação técnica da mão de obra.
- **Gestão Fiscal:** O Estado conseguiu instituir a cultura da responsabilidade fiscal também no âmbito dos municípios, sendo um pilar da gestão pública capixaba.
- **Infraestrutura:** No ES ocorreu um aumento no acesso à internet de alta velocidade nos municípios, além de melhorias nos indicadores de saneamento básico, principalmente com o avanço da implantação de formas alternativas e inovadoras de administração desse tipo de serviço, como as PPP's.

O eixo “**potencial de mercado**” não apresentou crescimento no período. A evolução das categorias por eixos é mostrada nos gráficos a seguir.



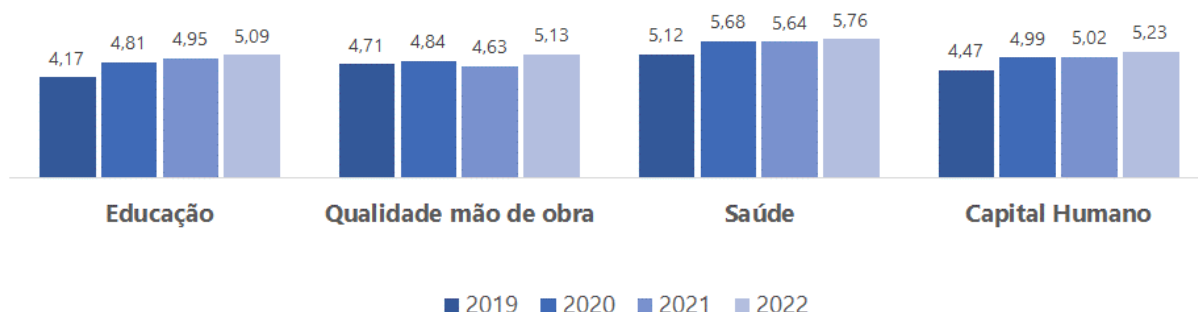
Evolução de Infraestrutura e de suas categorias

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria



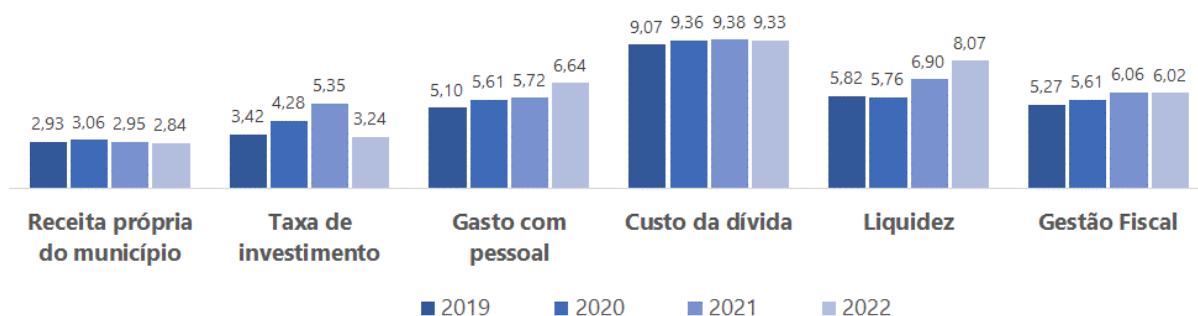
Evolução de Potencial de Mercado e de suas categorias

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria



Evolução de Capital Humano e de suas categorias

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria



Evolução de Gestão Fiscal e de suas categorias

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria

Historicamente há uma insuficiência de investimentos no Espírito Santo, o que faz com que o Estado perca dinamismo econômico, principalmente devido à falta de conexões satisfatórias com outros estados brasileiros. O diagnóstico da infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias permite enxergar gargalos e oportunidades a explorar.⁴¹

Portos

A infraestrutura portuária do Estado conta, atualmente, com cinco portos em operação: Porto de Vitória, Porto da Barra do Riacho, Portocel, Complexo Portuário de Tubarão e Porto de Ubu. Os dois primeiros tratam de portos públicos sob atual processo de concessão à iniciativa privada, e os três últimos são portos privados.

⁴¹ Fonte: Findes ([Agenda da Indústria Capixaba](#)).



Porto de Vitória: seu desenvolvimento é limitado por sua estrutura física, o que resulta em um conjunto de restrições à operação de grandes navios. As empresas capixabas voltadas ao comércio exterior têm acesso a serviços de fretes marítimos menos competitivos quando comparado a estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, torna-se necessário promover ações capazes de tornar o Porto de Vitória mais atrativo à operação de outros armadores e agentes de carga que ainda não estão presentes no Estado.

Aeroportos

O Estado conta com o Aeroporto de Vitória para voos domésticos de passageiros e voo internacional de cargas. Além deste, os aeroportos de Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, destinado a voos regionais, estão nas fases de conclusão de obras e planejamento de investimento, respectivamente. A conclusão destes dois projetos será essencial para ampliar a capacidade logística do Estado, uma vez que estes aeroportos estão localizados em municípios-polos em suas regiões. No que tange ao aeroporto de Vitória, embora ele ofereça operação semanal de voo internacional de carga em aeronave tipo cargueiro, este volume ainda é incipiente para comportar o potencial de exportação aérea que o Estado apresenta. De forma semelhante, as importações aéreas também apresentam tempo de trânsito e valor de frete acima de margens competitivas quando comparado a grandes aeroportos internacionais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

FERROVIAS

Atualmente, a infraestrutura ferroviária do Estado conta com o Corredor Centro-Leste, que é composto pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFMV), que liga o litoral do estado ao interior de Minas Gerais, e pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que estende esta ligação até Goiás (na direção oeste), Ceará (ao nordeste) e São Paulo (ao sudoeste). É através deste corredor que importantes produtos que compõem a pauta exportadora brasileira chegam até os portos capixabas para serem enviadas ao exterior. Dentre eles, destacam-se o minério de ferro, o ferro gusa, a soja, o farelo de soja e o trigo. Na esteira



da discussão dos projetos ferroviários importantes para o Estado, destaca-se a renovação da concessão da FCA.

RODOVIAS

O Espírito Santo está localizado em um raio de 1.200 km dos principais centros consumidores do Brasil como Salvador, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

A malha de rodovias federais no Estado tem uma dimensão total de 1,6 mil km e as rodovias estaduais somam 6,5 mil km. Entre as rodovias, destacam-se a BR-101, BR-381, BR-259, BR-262, ES-80 e ES-60, que se caracterizam pelo denso fluxo de movimentação de veículos de carga e de passageiros. Por serem rodovias de conexão e de rotas de saída da produção, tanto para o mercado interno quanto para o externo, são consideradas corredores logísticos estratégicos. Estas rodovias são importantes, principalmente, pela conexão com a estrutura do complexo portuário capixaba.

A “[Agenda da Indústria Capixaba 2022](#)”, elaborada pela Findes, mostra diagnósticos e gargalos históricos, assim como apresenta soluções e potencialidades para que problemas que hoje minam o bom ambiente de negócios e a competitividade das empresas sejam superados. A pauta prioritária na infraestrutura inclui:

FERROVIAS

1) Garantir a efetivação de contratos que ampliem a competitividade da malha ferroviária do Espírito Santo, tanto em direção ao centro-oeste brasileiro a partir da Ferrovia Centro Atlântica, quanto em direção ao sul do Estado, com a extensão da Estrada de Ferro Vitória a Minas até Anchieta.

2) Propor ações que viabilizem a efetivação dos novos projetos ferroviários no Estado, como por exemplo a Estrada de Ferro-118, que está em fase de planejamento e busca ligar Anchieta a Presidente Kennedy.



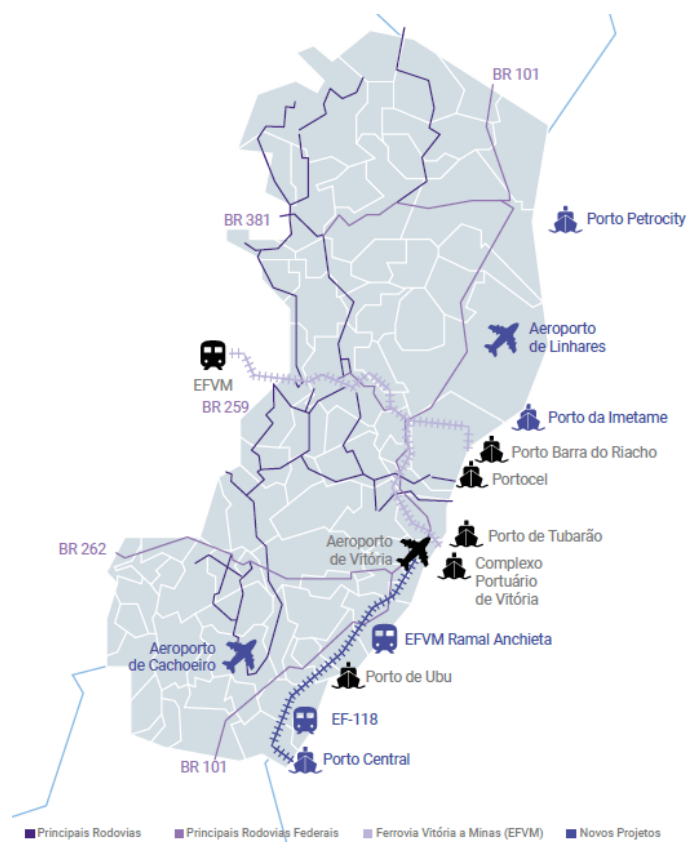
RODOVIAS

3) Garantir a concessão da exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-262 e BR-381.

4) Garantir os investimentos necessários para a conclusão das obras de duplicação e ampliação do nível de serviço da BR 101, de forma a superar este gargalo logístico e reduzir os impactos sobre o setor produtivo.

PORTOS

5) Garantir e agilizar os serviços públicos necessários à efetivação dos projetos portuários do Porto Central, Imetame e Petrocity.



Mapa do Espírito Santo com portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, atuais e futuros

Fonte e Elaboração: Observatório da Indústria/Findes



Em outro estudo, intitulado “[Setores portadores de futuro para o Estado do Espírito Santo 2035](#)”, a Findes elaborou uma agenda convergente de ações no horizonte de 2035 para os setores, segmentos e áreas portadores de futuro da indústria capixaba. Os resultados obtidos por meio da reflexão prospectiva, fundamentada em estudos de base e contribuição de especialistas, proporcionaram a identificação dos setores produtivos, segmentos da economia e áreas emergentes considerados mais promissores em um horizonte de 17 anos. São eles:

Estruturais: São setores considerados pilares do desenvolvimento do estado. Caracterizam-se por um maior encadeamento das atividades econômicas. Destacam-se como empregadores, pelo número de estabelecimentos e geração de riqueza no território. Esses setores são importantes no presente e, em uma ação coordenada de desenvolvimento industrial sustentável, podem ser ainda mais relevantes no futuro.

Emergentes: Referem-se aos segmentos da economia e áreas de atuação de configuração recente, sem classificação tradicional de atividade econômica. Esses segmentos e áreas emergentes prosperam apoiados em descobertas científicas, inovações tecnológicas e transformações sociais e da biosfera. Com malha industrial em estruturação ou se constituindo a partir de novos paradigmas de interação, trazem em seu bojo grandes oportunidades e configuram-se como propulsores de novos modelos econômicos e de dinâmicas de desenvolvimento inovadores e sustentáveis para o Espírito Santo.

Transversais: Esse agrupamento reúne setores, segmentos e áreas que impactam transversalmente os demais conjuntos de atividades econômicas. Caracterizam-se por serem indispensáveis para a competitividade e sustentabilidade da indústria. Influenciam os processos de planejamento, de produção, de distribuição e/ou de consumo dos mais diversos setores, podendo contribuir de forma significativa na resolução de gargalos e, principalmente, na geração de valor adicionado.

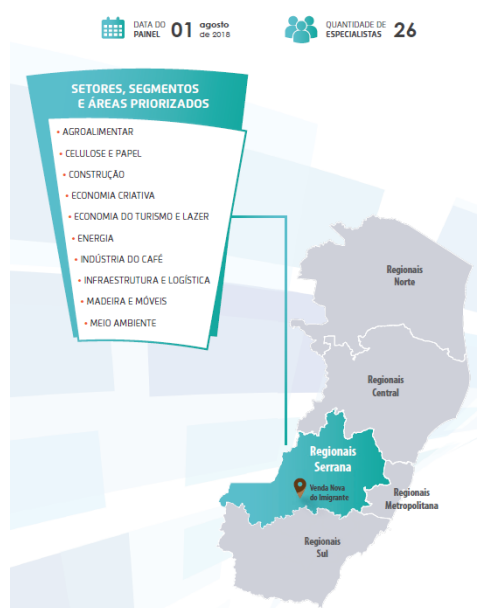
Especificidades Regionais: algumas atividades econômicas analisadas nesse processo apresentaram grande relevância apenas em alguns territórios, sendo priorizadas somente nas regionais onde essas atividades industriais têm potencial ou já estão



implantadas. Por isso, alguns setores, segmentos e áreas que foram priorizados nas regionais não se encontram no rol de Setores Portadores de Futuro para o Estado do Espírito Santo. Todavia, mesmo tendo menor representação em nível estadual, são extremamente importantes na esfera de influência das localidades em que foram priorizados e, portanto, deverão ser objeto de estratégias para ampliação ou indução do desenvolvimento.



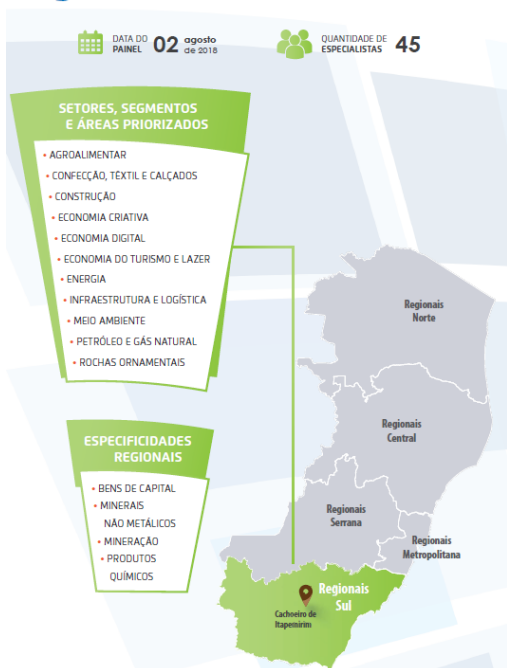
Regionais Serrana



Fonte: Findes



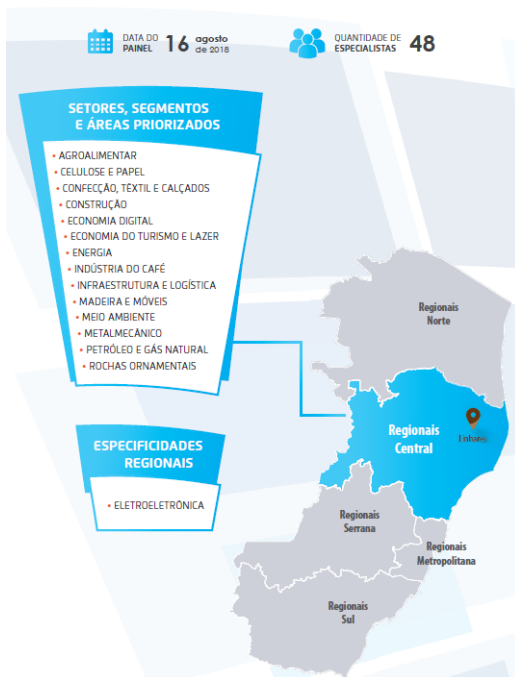
Regionais Sul



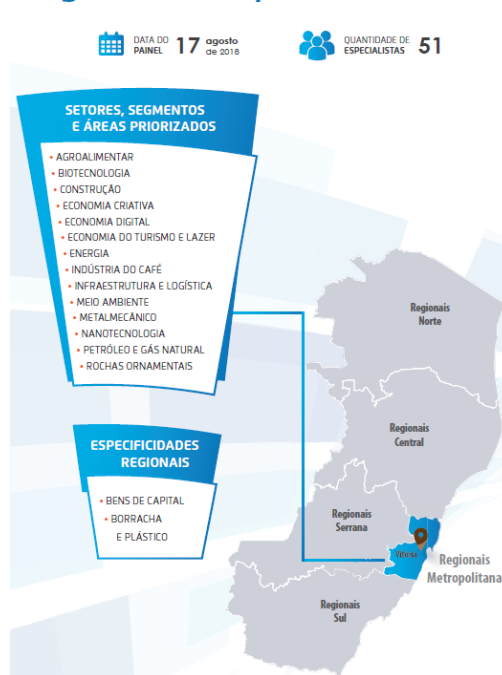
Regionais Norte



Regionais Central



Regionais Metropolitana



Fonte: Fines



INDICADORES SELECIONADOS: metodologia

Com o intuito de diagnosticarmos a situação dos gastos com investimentos na administração pública estadual e municipal, procedeu-se a elaboração de indicadores dentro das finanças públicas que possam espelhar a realidade atual. São eles:

Indicador: “Ativo não circulante”

O “Ativo não circulante” é um grupo de contas do Ativo, constante no Balanço Patrimonial da entidade. Até 2008, era conhecido como “Ativo Permanente”, quando a nova legislação⁴² alterou toda a concepção de balanço patrimonial. O ativo permanente passou a ser então tratado como ativo não circulante para abarcar todos os itens duradouros, ou seja, que não deixarão a entidade no curto prazo⁴³. São ativos de baixa liquidez, o que significa que não são transformados em dinheiro rapidamente.

Integram o ativo não circulante os seguintes subgrupos: o ativo realizável a longo prazo (ativos a serem utilizados a partir de um ano, válidos somente para o próximo exercício contábil); os investimentos (objetivam gerar rendimentos futuros para a entidade), o imobilizado (bens tangíveis e físicos usados nas atividades organizacionais, necessários para o funcionamento da entidade); o intangível (bens e direitos com valor econômico que contribuem para a entidade) e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.⁴⁴

O Ativo não circulante apresenta duas características fundamentais: 1) baixa liquidez, pois ele não será rapidamente e facilmente convertido em unidade monetária; 2) durabilidade e conservação de longo prazo do ativo, mantendo-se na entidade em um tempo além do exercício financeiro. Por serem de natureza duradoura, servem para garantir o funcionamento normal e a manutenção geral da entidade, além da geração de renda futura.⁴⁵

⁴² Lei nº 11.941/2009.

⁴³ O ciclo operacional da entidade é o tempo levado para converter entradas (*inputs*) ou recursos em saídas (*outputs*). Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses. (MCASP, 9ª ed., p. 512)

⁴⁴ Um dos tópicos mais importantes para estimar o valor de uma entidade é justamente a composição do seu ativo não circulante, pois ele ajuda a determinar esse valor.

⁴⁵ Fonte: [The Capital Advisor](#).



Os ativos não circulantes de uma entidade fornecerão pistas significativas sobre o seu estágio de evolução e crescimento. Por exemplo: uma maior quantidade de ativos intangíveis em empresas de tecnologia poderá manifestar um potencial de mercado e um crescimento maior de longo prazo. Isso porque, em geral, os ativos intangíveis não depreciam ao longo do tempo, ao contrário, eles amortizam o valor aplicado inicialmente e crescem conforme transcorre o tempo. No entanto, uma empresa também necessita de uma quantidade mínima de ativos tangíveis para seu funcionamento e, nesse sentido, uma análise realista de seus ativos poderá também apontar riscos e seguranças.⁴⁶

O indicador “Ativo não circulante” utilizado neste estudo busca evidenciar como a entidade pública está e qual é seu potencial de resultados futuros (ou seja, potencial de gerar serviços públicos)⁴⁷.

A série de dados abrange os anos de 2016 a 2022 e será destacado o período de início⁴⁸ e fim de mandato do chefe do executivo: governador = dez/2018-dez/2022; prefeito = dez/2016-dez/2020.

Indicador: “Investimento total / RCL”

Este indicador consta no “Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais”⁴⁹, elaborado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN não informa o que considera como “investimento total”. Neste estudo, consideram-se as rubricas “inversões financeiras” e “investimentos” (despesas empenhadas) e não se inclui “amortização”.

A “Receita Corrente Líquida” (RCL) é o mesmo conceito da LRF, utilizada como base para diversos limites, notadamente, o limite de gastos com pessoal. A divisão do “Investimento total” pela RCL permite a comparabilidade entre entes federativos de

⁴⁶ Fonte: [The Capital Advisor](#).

⁴⁷ Algumas restrições são o valor das contas de certos bens registrados no ativo (pois ainda não se tem os bens de infraestrutura, tais como pontes, ruas, redes de esgoto, iluminação) e o fato de que nem todos os municípios estão fazendo depreciação.

⁴⁸ Considera-se que a posição no primeiro mês do mandato (janeiro) é igual à data do balanço: 31/dez do ano anterior.

⁴⁹ Ver [publicações da STN](#).



portes (orçamentário, fiscal e econômico) diferentes, além de facilitar a visualização de sua evolução.

O indicador “Investimento total / RCL” utilizado neste estudo busca evidenciar a participação dos gastos com investimentos na estrutura da receita (aqui representada pela RCL por ser um parâmetro calculado de forma uniforme por todos os entes).

Indicador “Investimento com recursos próprios / Investimento total”

Este indicador também consta no “Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais”⁵⁰, elaborado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN esclarece que “Investimentos com recursos próprios” equivale à diferença entre o total gasto pelo ente com investimentos e as receitas de transferências de capital e de operações de crédito⁵¹. É importante ressaltar que não é uma apuração de fontes de recurso, mas apenas uma estimativa com dados agregados.

A STN informa, ainda, que elevados percentuais de investimentos realizados com recursos próprios representam baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros. Consequentemente, entes que apresentam alto índice de investimento com fontes próprias financiam seus investimentos com menor impacto fiscal futuro, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável.

A divisão do “Investimento com recursos próprios” pelo “Investimento total” permite a comparabilidade entre entes federativos de portes (orçamentário, fiscal e econômico) diferentes, além de facilitar a visualização de sua evolução.

O indicador “Investimento com recursos próprios / Investimento total” utilizado neste estudo busca evidenciar o grau de dependência dos investimentos do ente em relação a recursos de terceiros.

⁵⁰ Ver [publicações da STN](#).

⁵¹ Investimento com recursos próprios = Investimento Total - Transferências de Capital - Operação de Crédito.



Indicador “Investimento total / Despesa total”

Este indicador é de conhecimento comum. Torna-se relevante no presente estudo devido ao grande peso que as despesas com pessoal (despesas correntes) têm na estrutura geral de gastos dos entes públicos, o que torna a margem para investimentos, usualmente, pequena.

A divisão do “Investimento total” pela “Despesa total” permite a comparabilidade entre entes federativos de portes (orçamentário, fiscal e econômico) diferentes, além de facilitar a visualização de sua evolução.

O indicador “Investimento total / Despesa total” utilizado neste estudo busca evidenciar a participação dos gastos com investimentos na estrutura da despesa.

Nos três últimos indicadores (“Investimento total / RCL”, “Investimento com recursos próprios / Investimento total” e “Investimento total / Despesa total”), os valores orçamentários considerados foram sem as operações intraorçamentárias da receita e da despesa para se evitar distorção nos resultados⁵². A série de dados desses indicadores contempla os anos de 2018 a 2022⁵³.

INDICADORES: resultados encontrados

Indicador “Ativo não circulante” (Apêndice A)

⁵² Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, **não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos**. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais. (MCASP, 9ª ed., p. 42)

⁵³ Para anos anteriores a 2018, seria necessário um ajuste contábil (acrescer dívida ativa, juros e multa na receita de 2017 para trás) em decorrência da nova sistemática implantada pela Portaria Interministerial 5, de 25/8/2015, da STN e SOF, que trouxe nova codificação da receita.



A média anual (real) do valor do “Ativo não circulante” do Estado foi R\$ 231,92 milhões entre 2016/2022, enquanto a de todos os municípios capixabas foi R\$ 27.763,95 milhões, o que equivale a R\$ 355,95 milhões por município, em média. A menor média anual (real) dos municípios entre 2016/2022 é R\$ 18,50 milhões (Divino de São Lourenço) e a maior é R\$ 5.697,09 milhões (Serra), ou seja, 308 vezes maior. 14 municípios⁵⁴ apresentam média anual (real) acima da média geral dos municípios no período 2016/2022.

O “Ativo não circulante” do Estado cresceu, em termos reais, +87,6%, acima da variação observada no total dos municípios (queda de -0,1%) quando se compara o ano de 2022 com 2016. 11 municípios⁵⁵ apresentaram crescimento maior do que o Estado no período destacado. Guarapari apresentou a maior variação (crescimento de +496,5%) e Marataízes a menor (queda de -72,2%). 21 municípios⁵⁶ apresentaram queda no período analisado e um município (Piúma) manteve o mesmo patamar no período.

Considerando o início e o fim do mandato dos chefes do Poder Executivo⁵⁷ ao longo da série de dados, enquanto no Estado o “Ativo não circulante” cresceu +73,0%, o total dos municípios caiu -10,4%. 7 municípios⁵⁸ cresceram mais que o Estado durante um mandato do chefe do executivo. 26 municípios⁵⁹ tiveram queda. 43 municípios cresceram menos de 50%. O município de Rio Novo do Sul apresentou o maior crescimento (+191,9%) e Linhares a maior queda (-73,9%).

⁵⁴ São eles em ordem crescente: Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy, São Mateus, Marataízes, Viana, Vila Velha, Anchieta, Linhares, Guarapari, Cariacica, Itapemirim, Aracruz, Vitória e Serra.

⁵⁵ São eles em ordem crescente: Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy, Ibatiba, Castelo, Pancas, Vargem Alta, Santa Leopoldina, Baixo Guandu, João Neiva, Piúma e Guarapari.

⁵⁶ São eles em ordem decrescente: Marataízes, Linhares, Aracruz, Ibitirama, Cachoeiro de Itapemirim, São Domingos do Norte, Alegre, Viana, Afonso Cláudio, Muniz Freire, Itapemirim, Alfredo Chaves, São Mateus, Venda Nova do Imigrante, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Jaguaré, Apiacá, Serra, Marilândia e Dolores do Rio Preto.

⁵⁷ Governador: 2019/2022; Prefeito: 2017/2020.

⁵⁸ São eles em ordem crescente: Ibatiba, Vargem Alta, Pancas, Santa Leopoldina, João Neiva, Baixo Guandu e Rio Novo do Sul.

⁵⁹ São eles em ordem decrescente: Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Alegre, Viana, São Domingos do Norte, Itapemirim, Ibitirama, Barra de São Francisco, Serra, Afonso Cláudio, Muniz Freire, Vitória, Nova Venécia, Jaguaré, Castelo, Itaguaçu, Venda Nova do Imigrante, Apiacá, Fundão, Cariacica, Montanha, Muqui, Conceição da Barra, Guaçuí e São Mateus.



Análise dos resultados

Cada município capixaba tem, em média, maior potencial de gerar serviços públicos futuros do que o patrimônio estadual. Mas, essa visão geral esconde a disparidade na realidade dos municípios.

A amplitude⁶⁰ dos valores do “Ativo não circulante” municipal demonstra uma disparidade gritante entre a realidade dos municípios capixabas: o município com maior média anual no período analisado (Serra) possui ativos não circulantes 308 vezes maior que o município com menor média no período (Divino de São Lourenço). Ademais, apenas 14 municípios estão acima da média anual de todos os municípios capixabas.

A amplitude da variação observada no “Ativo não circulante” em 2022 em relação a 2016 também demonstra a disparidade entre a realidade dos municípios capixabas: enquanto Guarapari cresceu +496,5%, Marataízes caiu -72,2% (21 municípios, ou seja, 27% do total de 78, tiveram queda no período).

O desempenho do “Ativo não circulante” durante o mandato do chefe do executivo municipal também não é animador: 1/3 dos municípios capixabas tiveram queda, apenas 7 cresceram acima de 100% (mais que dobraram) e mais da metade (43) dos municípios cresceram abaixo de 50%. No caso do Estado, o mandato do chefe do executivo aumentou em 73% o ativo não circulante.

Indicador: Investimento total x RCL (Apêndice B)

A média anual do percentual do “Investimento total x RCL” do Estado foi 15% entre 2018/2022, enquanto a de todos os municípios capixabas foi 10%. A menor média anual dos municípios entre 2018/2022 é 4% (São Mateus, Rio Bananal e Apiacá) e a maior é 23% (São Roque do Canaã), ou seja, 5,75 vezes maior. 30 municípios⁶¹ apresentam

⁶⁰ A amplitude é a diferença entre o maior e o menor valor em um conjunto de dados.

⁶¹ São eles em ordem crescente: Vila Velha, Alfredo Chaves, Itaguaçu, Marilândia, Rio Novo do Sul, Brejetuba, Pancas, Vila Valério, Mucurici, Marechal Floriano, Itarana, Bom Jesus do Norte, Vila Pavão, Jerônimo Monteiro, Pedro Canário, Vargem Alta, Marataízes, Guarapari, Santa Maria de Jetibá, Dores do



média anual acima da média geral dos municípios (10%) no período 2018/2022. 2 municípios (Águia Branca e Cariacica) apresentaram a mesma média anual do indicador do Estado (15%) e 6 municípios⁶² apresentaram média anual acima do Estado no período observado (2018/2022).

O ano de 2022 apresentou o maior resultado do indicador para o Estado (24%), enquanto para o total dos municípios o maior resultado aconteceu em 2020 (13%). Especificamente para cada um dos 78 municípios, o indicador apresentou uma concentração de maiores resultados em dois anos: 2020 e 2022. O ano de 2020 tem os maiores resultados para 34 municípios e o ano de 2022 para 30 municípios. Entre esses 64 municípios, 53 apresentaram o resultado do seu indicador no ano (2020 ou 2022) 30% acima da sua média anual no período de 2018/2022.

Análise dos resultados

A distância entre o menor resultado (4%) do indicador “Investimento X RCL” e o maior resultado (23%) na média anual do período 2018/2022 entre os municípios capixabas mostra a diversidade da realidade de cada um. Vitória e Fundão são os únicos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória que não se incluem em nenhum dos dois destaques: não estão entre os 30 municípios com média anual acima da média geral dos municípios (10%) no período 2018/202 nem entre os 8 municípios com a média anual do indicador igual ou acima do Estado (15%) no período observado (2018/2022).

A concentração de maiores resultados do indicador de “Investimento X RCL” em 2020 e 2022 para 64 dos municípios capixabas (82%) pode representar um interesse político em investir mais em anos de eleição: 2020, eleição para prefeitos, e 2022, para governador. Reforçando essa hipótese, temos que 53 dos municípios (68%) tiveram gastos com investimentos nesses anos 30% maior que a sua média individual no período

Rio Preto, Laranja da Terra, São Domingos do Norte, Águia Branca, Cariacica, Governador Lindenberg, Serra, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Viana e São Roque do Canaã.

⁶² São eles em ordem crescente: Governador Lindenberg, Serra, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Viana e São Roque do Canaã.



2018/2022. A mesma conotação tem o maior gasto com investimentos do Estado em 2022, superando em 60% sua média anual no período.⁶³

Indicador: Investimentos com recursos próprios x Investimento total (Apêndice C)

A média anual do percentual do “Investimentos com recursos próprios x Investimento total” do Estado foi 87% entre 2018/2022, enquanto a de todos os municípios capixabas foi 56%. A menor média anual dos municípios entre 2018/2022 é -78%⁶⁴ (Apiacá) e a maior é 100% (Presidente Kennedy), ou seja, 3,28 vezes maior. 18 municípios⁶⁵ apresentam média anual acima da média geral dos municípios (56%) no período 2018/2022. 1 município (Guarapari) apresenta a mesma média anual do indicador do Estado (87%) e 2 municípios (Itapemirim e Presidente Kennedy) apresentaram média anual acima do Estado no período observado (2018/2022).

Em 25 municípios⁶⁶ a média anual do investimento com recursos próprios no período 2018/2022 cobre mais da metade dos gastos totais com investimentos dos municípios. Apenas o Estado e 3 municípios (Vila Velha, Itapemirim e Presidente Kennedy) apresentam regularidade⁶⁷, em todos os anos do período observado, no uso de recursos próprios como principal fonte para gastos com investimentos. Entre os 25 municípios que usam recursos próprios acima da metade dos gastos totais com investimentos, apenas 3 municípios (João Neiva, Anchieta e Guarapari) apresentam regularidade, em pelo

⁶³ O levantamento sobre obras paralisadas realizado pelo TCEES (Processo TC 707/2020) constatou que o período eleitoral influenciou na retomada e conclusão de algumas obras.

⁶⁴ O percentual negativo significa que mais da totalidade dos gastos com investimentos tem contrapartida em capital de terceiros.

⁶⁵ São eles em ordem crescente: João Neiva, Fundão, Mucurici, Dolores do Rio Preto, São Domingos do Norte, Serra, Vitória, Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, Venda Nova do Imigrante, Guaçuí, Vila Velha, Marataízes, Brejetuba, Guarapari, Itapemirim e Presidente Kennedy.

⁶⁶ São eles em ordem crescente: Barra de São Francisco, Marechal Floriano, Montanha, Pedro Canário, Castelo, Nova Venécia, Itaguaçu, João Neiva, Fundão, Mucurici, Dolores do Rio Preto, São Domingos do Norte, Serra, Vitória, Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, Venda Nova do Imigrante, Guaçuí, Vila Velha, Marataízes, Brejetuba, Guarapari, Itapemirim e Presidente Kennedy.

⁶⁷ A regularidade leva em conta o resultado do ano dentro de uma margem de 20% (para mais ou para menos) em relação à média do período.



menos 3 anos do período observado (2018/2022), no uso de recursos próprios como principal fonte para gastos com investimentos.

Análise dos resultados

O Estado e três municípios (Guarapari, Itapemirim e Presidente Kennedy) apresentam alto índice de investimento com fontes próprias (Presidente Kennedy usa 100% de recursos próprios). No geral, os municípios apresentam 56%, em média, de recursos próprios nos gastos com investimentos, porém, esse resultado não representa a diversidade da realidade dos municípios que varia de -78% (dependência total de capital de terceiros) a 100% (independência total de capital de terceiros). Apenas 25 municípios (32% dos 78 existentes) usam recursos próprios em mais da metade dos gastos com investimentos.

Apenas 4 entes (Estado, Vila Velha, Itapemirim e Presidente Kennedy) usaram com regularidade os recursos próprios como principal fonte para gastos com investimentos em todos os anos do período analisado (2018/2022). Outros 3 municípios (João Neiva, Anchieta e Guarapari) utilizaram os recursos próprios de forma regular como principal fonte em pelo menos 3 anos do período observado (2018/2022).

Elevados percentuais de investimentos realizados com recursos próprios representam baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros. Consequentemente, municípios que apresentam alto índice de investimento com fontes próprias financiam seus investimentos com menor impacto fiscal futuro, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável.

Indicador: Investimento total x Despesa total (Apêndice D)

A média anual do percentual do “Investimento total x Despesa total” do Estado foi 15% entre 2018/2022, enquanto a de todos os municípios capixabas foi 10%. A menor média anual dos municípios entre 2018/2022 é 4% (São Mateus e Apiacá) e a maior é 20%



(São Roque do Canaã), ou seja, 5 vezes maior. 28 municípios⁶⁸ apresentam média anual acima da média geral dos municípios (10%) no período 2018/2022, e 10 municípios⁶⁹ a mesma média (10%). 4 municípios (Águia Branca, Cariacica, Ponto Belo e Serra) apresentaram a mesma média anual do indicador do Estado (15%) e 3 municípios (Presidente Kennedy, Viana e São Roque do Canaã) apresentaram média anual acima do Estado no período observado (2018/2022).

O ano de 2022 apresentou o maior resultado do indicador para o Estado (23%), enquanto para o total dos municípios o maior resultado aconteceu em 2020 (13%). Especificamente para cada um dos 78 municípios, o indicador apresentou uma concentração de maiores resultados em dois anos: 2020 e 2022. O ano de 2020 tem os maiores resultados para 33 municípios e o ano de 2022 para 28 municípios. Entre esses 61 municípios, 53 apresentaram o resultado do seu indicador no ano (2020 ou 2022) 30% acima da sua média anual no período de 2018/2022.

Análise dos resultados

A distância entre o menor resultado (4%) do indicador “Investimento total X Despesa total” e o maior resultado (20%) na média anual do período 2018/2022 entre os municípios capixabas mostra a diversidade da realidade de cada um. Vitória e Fundão são os únicos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória que não se incluem em nenhum dos dois destaques: não estão entre os 28 municípios com média anual acima da média geral dos municípios no período 2018/202, nem entre os 7 municípios com a média anual do indicador igual ou acima do Estado no período observado (2018/2022).

⁶⁸ São eles em ordem crescente: Marilândia, Itaguaçu, Vila Velha, Vila Valério, Bom Jesus do Norte, Marechal Floriano, Rio Novo do Sul, Brejetuba, Vila Pavão, Mucurici, Jerônimo Monteiro, Itarana, Vargem Alta, Laranja da Terra, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Guarapari, Dores do Rio Preto, Marataízes, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Águia Branca, Cariacica, Ponto Belo, Serra, Presidente Kennedy, Viana e São Roque do Canaã.

⁶⁹ São eles: Muqui, Baixo Guandu, Venda Nova do Imigrante, Santa Leopoldina, Mantenópolis, Ibitirama, Ibatiba, Ecoporanga, Pancas e Alfredo Chaves.



A concentração de maiores resultados do indicador de “Investimento total X Despesa total” em 2020 e 2022 para 78% dos municípios capixabas pode representar um interesse político em investir mais em anos de eleição: 2020, eleição para prefeitos, e 2022, para governador. Reforçando essa hipótese, temos que 53 municípios (68%) tiveram gastos com investimentos nesses anos 30% maior que a sua média individual no período 2018/2022. A mesma conotação tem o maior gasto com investimentos do Estado em 2022, superando em 50% sua média anual no período.⁷⁰

⁷⁰ O levantamento sobre obras paralisadas realizado pelo TCEES (Processo TC 707/2020) constatou que o período eleitoral influenciou na retomada e conclusão de algumas obras.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

ANEXO ÚNICO – Resultados do IAN (Indicador de Ambiente de Negócios) por eixo e por municípios – 2019-2022

Municípios	2019					2020					2021					2022				
	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN
Afonso Cláudio	4,72	4,94	5,92	4,05	4,91	4,94	5,50	5,96	3,96	5,09	5,17	5,65	5,68	3,98	5,12	5,31	5,67	6,28	3,85	5,28
Água Doce do Norte	3,12	3,38	4,90	2,86	3,56	4,21	2,99	5,30	2,60	3,77	4,13	4,02	5,84	2,20	4,05	4,20	5,82	5,91	2,32	4,57
Águia Branca	5,86	4,42	5,45	4,20	4,98	5,19	4,05	5,86	4,73	4,96	6,12	6,47	5,93	4,15	5,67	5,65	5,81	5,80	4,14	5,35
Alegre	5,56	2,93	6,69	4,60	4,95	5,96	5,61	6,68	4,70	5,74	5,73	5,51	6,89	4,29	5,60	6,41	6,50	6,44	4,22	5,89
Alfredo Chaves	5,12	5,98	6,48	5,25	5,71	6,32	6,27	6,74	5,66	6,25	5,96	6,92	6,95	5,71	6,39	6,41	7,37	6,69	5,06	6,38
Alto Rio Novo	4,46	5,28	5,18	2,99	4,48	4,34	4,99	4,95	2,79	4,27	5,17	5,15	5,80	2,44	4,64	4,62	5,29	6,06	2,84	4,70
Anchieta	6,16	4,61	6,30	5,11	5,55	6,74	6,19	6,07	5,01	6,00	6,86	6,42	6,73	5,10	6,28	7,12	5,10	6,65	5,47	6,09
Apiacá	2,36	4,70	6,42	2,72	4,05	3,39	4,23	6,44	2,20	4,07	2,83	4,49	6,92	1,93	4,04	3,71	4,73	6,87	2,25	4,39
Aracruz	6,05	6,66	6,40	6,25	6,34	6,66	6,76	6,77	6,27	6,62	6,82	6,96	7,15	6,07	6,75	6,13	7,50	7,64	5,87	6,79
Atilio Vivacqua	4,76	5,01	6,11	3,96	4,96	3,90	4,93	6,18	3,71	4,68	4,36	4,27	6,01	3,48	4,53	5,59	5,24	6,78	3,17	5,19
Baixo Guandu	3,98	5,16	6,52	4,26	4,98	4,82	6,16	6,85	3,90	5,43	5,45	7,62	7,10	4,05	6,05	5,45	6,03	7,69	4,26	5,86
Barra de São Francisco	3,97	4,49	5,44	4,45	4,59	5,01	4,61	5,23	4,27	4,78	4,98	5,70	5,67	3,96	5,08	5,13	5,22	5,87	3,92	5,03
Boa Esperança	4,82	5,91	6,59	3,91	5,31	5,61	6,09	5,89	3,86	5,36	5,33	7,66	6,52	3,22	5,68	5,82	5,09	6,98	2,93	5,21
Bom Jesus do Norte	2,91	5,60	7,11	3,92	4,89	3,63	5,48	7,15	3,80	5,02	4,12	4,89	8,16	3,47	5,16	4,66	5,15	7,90	2,99	5,18
Brejetuba	4,41	5,44	4,16	4,04	4,51	4,41	6,51	4,27	3,52	4,68	4,48	5,64	4,47	3,55	4,53	4,91	6,42	5,61	2,54	4,87
Cachoeiro de Itapemirim	5,17	5,83	7,32	5,61	5,98	5,57	6,26	7,47	5,53	6,21	5,65	6,15	7,66	5,32	6,19	5,97	6,72	7,70	5,08	6,37
Cariacica	3,39	6,95	5,70	5,44	5,37	3,97	7,95	5,82	5,28	5,76	3,91	8,16	6,11	5,02	5,80	4,22	6,97	6,78	4,89	5,72
Castelo	5,75	5,22	6,37	5,02	5,59	5,62	5,30	6,98	4,72	5,66	5,75	5,80	6,81	4,54	5,73	6,37	6,28	6,61	4,20	5,86
Colatina	6,63	4,87	6,82	5,87	6,05	6,67	5,84	6,97	5,74	6,30	6,82	6,11	7,20	5,42	6,39	7,19	6,51	7,42	5,52	6,66
Conceição da Barra	3,79	6,49	4,39	4,41	4,77	4,43	4,38	4,69	3,82	4,33	4,65	3,88	5,48	3,08	4,28	4,07	4,83	5,74	3,63	4,57
Conceição do Castelo	3,83	5,49	5,21	4,26	4,70	4,51	5,98	5,49	4,04	5,00	4,38	5,71	5,23	3,66	4,74	4,61	5,76	5,25	3,64	4,82
Divino de São Lourenço	3,30	4,21	5,50	3,93	4,24	3,61	4,89	6,29	3,06	4,46	4,06	5,44	6,35	3,64	4,87	4,94	5,30	5,83	2,83	4,73
Domingos Martins	5,42	5,14	4,99	5,30	5,21	6,31	5,46	5,10	5,29	5,54	5,99	6,06	5,09	5,10	5,56	6,35	6,93	5,28	4,91	5,87
Dores do Rio Preto	3,88	6,22	6,46	4,04	5,15	4,59	6,51	5,85	3,36	5,07	4,13	7,20	6,38	3,22	5,23	4,60	6,90	6,67	3,10	5,32
Ecoporanga	4,22	6,99	5,00	3,55	4,94	4,88	5,81	4,93	3,69	4,83	4,60	6,23	5,05	3,44	4,83	4,42	5,89	4,82	3,21	4,59
Fundão	2,93	4,86	5,19	3,71	4,17	3,44	5,60	5,38	3,95	4,59	3,90	6,10	6,10	3,94	5,01	4,24	6,39	5,29	3,50	4,86
Governador Lindenberg	4,35	5,36	5,24	3,60	4,63	4,65	5,76	5,73	3,20	4,84	4,53	7,09	5,76	3,38	5,19	4,81	6,46	5,53	3,21	5,00
Guaçu	3,41	5,81	6,71	4,17	5,02	4,63	5,92	6,94	3,90	5,35	4,53	5,75	6,81	3,53	5,16	5,39	5,19	6,97	3,47	5,26
Guarapari	4,59	7,04	6,13	4,19	5,49	4,94	7,79	6,39	4,22	5,84	5,42	8,52	6,78	3,70	6,11	5,37	7,69	7,23	3,50	5,95
Ibatiba	4,33	3,73	4,79	4,56	4,35	4,80	4,73	5,33	4,59	4,86	4,84	5,95	5,77	4,54	5,28	5,44	5,73	6,46	4,04	5,42
Ibiraçu	5,20	5,02	5,12	4,90	5,06	5,66	4,87	5,46	4,78	5,19	5,73	6,00	6,96	4,90	5,90	5,68	7,49	7,06	4,92	6,29
Ibitirama	3,28	5,01	5,31	3,23	4,20	3,97	5,06	5,52	2,98	4,38	4,19	5,19	5,85	1,98	4,30	4,49	5,99	5,06	2,06	4,40
Iconha	6,02	5,73	7,04	4,87	5,91	6,62	5,85	7,45	5,06	6,24	6,81	6,72	7,44	4,96	6,48	6,49	6,00	7,20	4,92	6,15
Irupí	3,22	3,22	4,19	3,45	3,52	3,47	3,41	4,58	3,09	3,64	4,07	4,07	5,34	2,63	4,03	4,06	5,37	5,67	2,32	4,36
Itaguaçu	5,53	5,94	6,66	4,26	5,60	5,92	5,58	6,53	4,20	5,56	6,02	5,92	7,19	3,83	5,74	5,41	5,72	7,48	3,46	5,52
Itapemirim	3,85	4,68	5,50	4,38	4,60	4,43	5,31	5,38	3,91	4,75	4,17	4,52	5,43	4,83	4,74	4,57	4,61	6,00	5,00	5,05
Itarana	3,96	6,03	4,84	5,11	4,99	4,83	5,86	5,47	5,00	5,29	5,05	7,21	5,96	5,14	5,84	4,99	6,49	6,43	4,00	5,47
Iúna	3,20	4,00	5,76	4,50	4,36	4,18	4,65	6,14	4,29	4,81	4,21	5,17	6,49	4,03	4,97	4,63	4,62	6,45	3,36	4,76
Jaguaré	3,38	4,47	5,39	3,23	4,12	4,34	4,52	5,74	3,26	4,46	3,88	5,88	5,71	3,56	4,76	4,66	5,69	6,21	3,41	4,99



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

Municípios	2019					2020					2021					2022				
	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN	Capital Humano	Gestão fiscal	Infraestrutura	Potencial de mercado	IAN
Jerônimo Monteiro	2,52	6,28	7,12	3,04	4,74	4,19	6,26	7,28	2,85	5,14	4,19	6,53	7,42	2,74	5,22	5,43	7,09	7,23	2,65	5,60
João Neiva	5,93	6,32	5,85	5,11	5,80	6,62	6,68	6,04	4,80	6,03	6,63	6,95	6,25	5,56	6,35	6,57	7,44	6,42	5,25	6,42
Laranja da Terra	4,29	4,05	5,13	3,45	4,23	5,51	5,22	5,29	3,41	4,86	5,13	4,33	5,41	3,59	4,62	5,45	5,31	6,35	3,47	5,15
Linhares	4,96	6,44	6,67	5,98	6,01	5,28	7,01	6,51	5,88	6,17	5,37	7,81	6,80	5,85	6,46	5,31	7,32	7,15	5,76	6,38
Mantenópolis	4,24	6,02	5,21	2,67	4,53	4,33	6,20	5,41	2,65	4,65	4,22	6,34	5,70	2,20	4,62	4,16	5,74	6,55	2,54	4,75
Marataizes	4,74	4,62	7,69	3,22	5,07	5,50	7,01	7,93	3,64	6,02	5,85	6,78	8,44	3,71	6,19	5,79	6,88	8,15	4,40	6,31
Marechal Floriano	5,99	5,31	5,45	5,42	5,54	6,21	5,00	4,29	4,55	5,01	6,42	4,91	5,60	4,13	5,27	6,36	4,47	6,46	3,89	5,29
Mariândia	5,82	5,65	5,71	5,06	5,56	6,17	5,74	6,56	5,30	5,94	6,16	5,79	6,87	4,71	5,88	6,38	5,11	7,06	5,13	5,92
Mimoso do Sul	3,52	3,52	4,48	3,80	3,83	4,45	4,75	5,05	3,88	4,53	3,98	5,87	5,44	3,47	4,69	3,77	6,02	6,29	3,21	4,82
Montanha	5,89	4,56	5,61	4,59	5,16	6,68	4,76	6,14	4,47	5,51	6,01	4,74	6,58	3,99	5,33	6,88	4,97	6,31	3,91	5,52
Mucurici	3,61	5,48	5,32	2,56	4,24	4,75	5,17	6,17	2,42	4,63	4,79	5,65	6,01	2,25	4,67	5,25	6,54	6,65	2,32	5,19
Muniz Freire	4,21	2,98	5,34	4,41	4,23	4,98	3,22	5,22	4,43	4,46	5,25	4,62	5,43	3,74	4,76	5,42	5,58	5,69	3,16	4,96
Muqui	3,09	5,15	6,74	3,89	4,72	3,81	5,48	7,19	4,15	5,16	4,27	6,63	7,16	4,09	5,54	3,84	5,50	7,03	3,68	5,01
Nova Venécia	6,20	5,25	6,04	4,68	5,54	6,28	5,01	5,59	4,69	5,40	6,30	5,74	5,72	4,44	5,55	5,90	5,64	6,48	4,63	5,66
Pancas	3,08	4,44	5,54	3,81	4,22	3,57	5,24	5,61	3,88	4,57	3,54	5,58	5,86	3,83	4,70	3,84	4,76	5,56	3,97	4,53
Pedro Canário	2,54	5,97	6,29	3,33	4,53	3,04	5,91	6,13	3,43	4,63	3,34	7,55	6,44	3,37	5,17	3,32	6,08	6,37	3,48	4,82
Pinheiros	3,81	4,81	5,25	3,52	4,35	4,05	4,88	5,68	3,89	4,63	4,04	5,08	6,10	3,91	4,78	4,12	5,99	5,86	3,74	4,93
Piúma	5,68	4,35	7,16	4,03	5,30	5,84	4,22	7,30	4,18	5,39	5,51	5,53	7,52	4,27	5,71	5,90	5,85	7,86	4,39	6,00
Ponto Belo	4,08	5,31	6,22	2,51	4,53	3,89	6,02	6,24	2,69	4,71	3,78	6,51	6,67	2,35	4,83	4,92	6,46	7,39	2,57	5,33
Presidente Kennedy	4,59	7,52	4,88	4,37	5,34	4,53	6,53	5,59	4,62	5,32	4,28	7,75	6,32	4,48	5,71	5,83	7,71	5,72	4,91	6,04
Rio Bananal	5,16	5,49	5,17	4,22	5,01	5,30	5,79	5,14	4,06	5,07	5,48	5,88	6,35	3,61	5,33	5,34	5,35	6,28	3,68	5,16
Rio Novo do Sul	4,81	6,31	5,22	3,99	5,08	4,74	5,66	6,05	3,51	4,99	5,02	5,56	5,97	3,62	5,04	4,99	5,45	6,34	3,42	5,05
Santa Leopoldina	3,33	5,53	4,40	3,87	4,28	3,61	5,59	4,33	4,10	4,41	3,83	6,26	4,92	3,50	4,63	3,76	6,10	5,34	4,20	4,85
Santa Maria de Jetibá	5,11	5,18	4,98	4,72	5,00	5,66	6,45	5,05	5,01	5,54	5,72	6,53	5,14	4,72	5,53	5,68	5,50	5,87	4,91	5,49
Santa Teresa	5,86	4,96	6,04	5,11	5,49	7,09	5,23	6,21	5,09	5,91	7,16	5,91	6,42	4,75	6,06	7,47	6,25	6,31	4,72	6,19
São Domingos do Norte	4,52	6,59	4,66	5,95	5,43	4,50	6,17	5,09	5,02	5,19	3,49	7,00	5,05	4,55	5,02	4,51	6,12	4,76	4,48	4,97
São Gabriel da Palha	4,45	5,88	5,98	4,85	5,29	4,87	4,96	5,74	4,99	5,14	4,89	5,37	6,03	4,91	5,30	4,66	5,73	6,36	4,99	5,43
São José do Calçado	2,93	5,19	6,45	3,92	4,63	4,15	6,48	6,83	3,53	5,25	3,54	6,66	6,65	2,96	4,95	4,51	6,83	7,04	2,28	5,16
São Mateus	4,33	4,89	5,43	5,55	5,05	4,79	5,18	5,78	5,78	5,38	4,76	5,41	6,34	5,55	5,52	4,70	5,55	6,56	5,32	5,53
São Roque do Canaã	5,33	5,94	5,21	3,94	5,11	5,41	6,69	5,06	3,81	5,24	5,30	6,31	5,59	3,51	5,18	5,81	6,60	6,39	3,62	5,61
Serra	4,01	5,68	6,15	6,74	5,64	4,54	6,63	6,34	6,67	6,04	4,93	7,80	6,82	6,59	6,53	5,19	7,05	7,32	6,33	6,47
Sooretama	3,49	4,93	4,46	3,29	4,04	4,18	5,05	4,99	3,41	4,41	4,40	4,38	5,31	3,01	4,27	3,96	4,59	5,58	3,17	4,32
Vargem Alta	3,83	4,61	5,06	4,79	4,57	4,42	5,66	5,11	5,03	5,05	4,72	6,29	5,48	4,25	5,19	4,17	6,45	5,75	3,87	5,06
Venda Nova do Imigrante	7,26	5,69	6,30	5,17	6,11	7,87	5,80	6,78	5,62	6,52	8,19	5,71	6,75	5,02	6,42	7,57	6,74	6,62	4,81	6,43
Viana	3,68	7,18	5,60	5,67	5,53	4,54	7,41	5,40	5,19	5,64	4,71	7,80	5,36	5,10	5,74	4,80	7,56	6,08	5,00	5,86
Vila Pavão	4,80	3,56	4,27	3,37	4,00	5,21	6,31	4,32	3,64	4,87	5,30	6,80	4,69	3,20	4,99	4,75	5,93	5,42	3,30	4,85
Vila Valério	4,48	3,84	4,98	4,44	4,43	4,89	5,14	5,18	4,40	4,90	4,18	4,89	5,33	4,00	4,60	5,50	3,63	4,87	4,30	4,58
Vila Velha	4,44	6,21	6,89	5,73	5,82	4,92	7,04	7,02	5,55	6,13	4,96	7,70	7,37	5,59	6,41	5,15	7,89	7,59	5,22	6,46
Vitória	6,99	6,31	7,82	7,69	7,20	7,42	6,66	7,87	7,43	7,35	7,48	7,49	8,21	7,42	7,65	7,25	7,58	8,15	7,29	7,57

Fonte: Observatório da Indústria/Findes. Elaboração: Observatório da Indústria



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

APÊNDICE A – Indicador “ATIVO NÃO CIRCULANTE”

Ente	ATIVO NÃO CIRCULANTE ¹ (em R\$ milhões ² - a preços de dez/2022)							Variação % 2022/2016	Fim/Início mandato ³ (%)	Média 2016-2022 (R\$ milhões)
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Estado	174,50	196,28	189,21	230,33	244,43	261,32	327,40	87,6%	73,0%	231,92
Afonso Cláudio	204,47	196,78	192,72	189,91	189,12	170,66	166,42	-18,6%	-13,6%	187,16
Água Doce do Norte	29,99	30,58	32,78	32,66	33,03	31,72	33,99	13,3%	3,7%	32,11
Águia Branca	55,51	52,04	55,78	63,48	67,65	63,53	71,95	29,6%	29,0%	61,42
Alegre	66,76	55,04	74,26	76,92	49,86	44,93	52,80	-20,9%	-28,9%	60,08
Alfredo Chaves	65,75	69,25	44,79	48,18	58,90	51,54	55,10	-16,2%	23,0%	56,22
Alto Rio Novo	36,79	35,94	36,88	35,57	38,89	36,77	39,42	7,2%	6,9%	37,18
Anchieta	1.155,41	1.126,36	1.174,14	1.535,48	412,70	390,76	1.434,71	24,2%	22,2%	1.032,79
Apiacá	19,55	18,90	19,49	20,02	19,60	17,19	18,17	-7,1%	-6,8%	18,99
Aracruz	2.154,42	2.606,22	2.675,78	2.749,16	2.533,89	672,46	1.457,59	-32,3%	-45,5%	2.121,36
Atilio Vivacqua	76,83	72,08	81,06	79,19	86,71	83,10	88,31	14,9%	8,9%	81,04
Baixo Guandu	111,31	113,39	100,07	93,04	317,31	279,85	287,86	158,6%	187,7%	186,12
Barra de São Francisco	152,69	153,58	161,83	149,18	110,69	116,35	136,50	-10,6%	-15,6%	140,12
Boa Esperança	110,47	107,52	107,74	107,67	107,83	125,90	114,32	3,5%	6,1%	111,64
Bom Jesus do Norte	42,12	34,97	41,55	52,16	52,62	53,16	58,97	40,0%	42,0%	47,94
Brejetuba	66,69	65,19	63,07	68,49	69,86	68,57	78,71	18,0%	24,8%	68,66
Cachoeiro de Itapemirim	377,33	365,46	642,13	322,78	299,93	277,32	290,90	-22,9%	-54,7%	367,98
Cariacica	1.305,68	1.240,57	1.603,86	1.735,78	1.858,35	1.333,47	1.537,38	17,7%	-4,1%	1.516,44
Castelo	78,64	180,02	203,42	196,29	191,86	173,13	183,30	133,1%	-9,9%	172,38
Colatina	231,90	247,67	276,47	295,02	328,67	332,13	349,38	50,7%	26,4%	294,46
Conceição da Barra	227,38	241,26	240,37	237,85	235,78	235,50	238,11	4,7%	-0,9%	236,61
Conceição do Castelo	57,44	59,47	60,79	62,36	64,81	61,72	63,67	10,9%	4,7%	61,47
Divino de São Lourenço	16,86	17,05	16,87	17,54	15,43	23,30	22,48	33,3%	33,2%	18,50
Domingos Martins	96,66	98,33	105,96	97,68	105,27	108,08	121,52	25,7%	14,7%	104,79
Dores do Rio Preto	40,56	34,66	34,54	35,24	36,68	36,31	40,53	-0,1%	17,3%	36,93
Ecoporanga	88,43	87,70	92,30	99,32	107,96	102,73	106,03	19,9%	14,9%	97,78
Fundão	145,36	153,94	154,26	150,15	95,26	114,80	145,29	0,0%	-5,8%	137,01
Governador Lindenberg	52,58	53,58	55,58	57,20	64,10	62,10	66,17	25,8%	19,1%	58,76
Guaçuí	74,62	103,55	115,24	147,74	116,47	107,36	114,48	53,4%	-0,7%	111,35
Guarapari	248,55	1.197,01	1.382,23	1.451,83	1.536,54	1.524,07	1.482,65	496,5%	7,3%	1.260,41
Ibatiba	56,03	54,18	53,53	56,70	116,84	109,54	114,14	103,7%	113,2%	80,14
Ibiraçu	44,08	46,55	51,37	53,65	57,34	56,32	58,49	32,7%	13,9%	52,54
Ibitirama	77,40	71,75	69,16	67,57	66,00	57,36	57,07	-26,3%	-17,5%	66,61
Iconha	69,34	69,17	71,27	74,52	74,85	70,97	75,58	9,0%	6,0%	72,24
Irupi	22,39	21,44	22,10	23,58	23,71	24,60	26,35	17,7%	19,2%	23,45
Itaguaçu	59,00	60,88	112,75	115,02	116,85	108,45	102,40	73,6%	-9,2%	96,48
Itapemirim	2.048,62	2.181,97	2.125,93	2.245,00	2.320,47	1.690,05	1.711,94	-16,4%	-19,5%	2.046,28
Itarana	54,46	54,50	55,36	54,75	59,72	57,64	58,28	7,0%	5,3%	56,39
Íuna	61,05	62,21	61,74	58,13	47,81	53,09	64,72	6,0%	4,8%	58,39
Jaguaré	134,29	135,48	136,36	137,47	156,37	116,66	121,83	-9,3%	-10,6%	134,06



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

Ente	ATIVO NÃO CIRCULANTE ¹ (em R\$ milhões ² - a preços de dez/2022)							Variação % 2022/2016	Fim/início mandato ³ (%)	Média 2016-2022 (R\$ milhões)
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Jerônimo Monteiro	48,12	46,83	46,85	54,35	60,56	58,95	59,04	22,7%	26,0%	53,53
João Neiva	40,09	48,42	46,03	40,67	131,17	122,62	123,09	207,0%	167,4%	78,87
Laranja da Terra	42,86	41,63	41,76	50,50	53,43	48,16	59,62	39,1%	42,7%	48,28
Linhares	1.660,84	1.888,72	2.038,48	538,80	575,89	541,86	532,34	-67,9%	-73,9%	1.110,99
Mantenópolis	44,70	47,09	48,94	48,84	53,37	49,15	49,39	10,5%	0,9%	48,78
Marataizes	1.481,73	488,85	259,22	284,66	379,14	396,18	412,46	-72,2%	59,1%	528,89
Marechal Floriano	51,96	51,17	53,02	52,58	48,44	55,08	66,90	28,8%	26,2%	54,16
Marilândia	82,17	78,22	77,66	78,83	78,76	73,01	78,60	-4,3%	1,2%	78,18
Mimoso do Sul	54,68	54,82	56,72	97,71	99,07	62,17	58,95	7,8%	3,9%	69,16
Montanha	46,56	46,82	49,25	49,98	46,32	45,99	47,36	1,7%	-3,8%	47,47
Muriciri	31,76	34,65	36,82	35,11	34,86	34,62	37,90	19,3%	2,9%	35,10
Muniz Freire	177,53	174,39	168,15	162,89	155,71	143,26	146,61	-17,4%	-12,8%	161,22
Muqui	32,17	34,36	35,98	36,03	37,02	35,52	35,57	10,6%	-1,1%	35,24
Nova Venécia	295,90	294,60	294,24	280,76	279,96	259,43	261,10	-11,8%	-11,3%	280,86
Pancas	41,34	42,31	41,72	47,88	94,81	92,15	98,27	137,7%	135,6%	65,50
Pedro Canário	77,08	89,75	99,23	103,16	114,98	115,73	99,37	28,9%	0,1%	99,90
Pinheiros	63,77	63,86	64,63	67,52	69,72	74,31	84,05	31,8%	30,0%	69,69
Piúma	94,73	176,12	174,51	167,40	186,14	175,41	297,52	214,1%	70,5%	181,69
Ponto Belo	26,05	28,04	29,31	25,84	28,02	32,93	41,43	59,1%	41,4%	30,23
Presidente Kennedy	243,84	307,35	356,19	383,10	439,50	460,85	494,87	102,9%	38,9%	383,67
Rio Bananal	66,90	67,40	67,59	69,28	63,52	64,83	75,40	12,7%	11,6%	67,84
Rio Novo do Sul	36,04	20,62	24,00	16,32	69,27	67,73	70,05	94,4%	191,9%	43,43
Santa Leopoldina	24,96	24,64	24,43	59,02	62,07	57,22	62,57	150,7%	156,1%	44,99
Santa Maria de Jetibá	176,21	178,22	180,39	205,79	228,87	223,17	226,84	28,7%	25,8%	202,78
Santa Teresa	228,17	220,29	213,02	279,59	276,51	257,66	253,79	11,2%	19,1%	247,00
São Domingos do Norte	104,73	103,19	102,61	98,15	96,29	85,45	81,22	-22,4%	-20,8%	95,95
São Gabriel da Palha	214,36	215,00	215,36	240,30	276,26	355,37	315,54	47,2%	46,5%	261,74
São José do Calçado	28,43	29,49	33,71	35,79	33,15	34,49	42,21	48,5%	25,2%	33,90
São Mateus	501,20	432,50	435,32	494,49	491,58	461,96	433,11	-13,6%	-0,5%	464,31
São Roque do Canaã	64,92	60,91	59,82	62,22	67,73	64,47	76,61	18,0%	28,1%	65,24
Serra	5.199,85	5.898,40	5.788,71	5.894,98	6.145,41	6.025,16	4.927,09	-5,2%	-14,9%	5.697,09
Sooretama	68,98	77,19	87,05	93,60	83,03	82,36	89,58	29,9%	2,9%	83,11
Vargem Alta	81,08	82,62	85,34	91,62	231,48	202,59	198,03	144,2%	132,0%	138,97
Venda Nova do Imigrante	171,90	159,36	160,99	155,73	150,60	143,81	148,85	-13,4%	-7,5%	155,89
Viana	582,48	625,84	631,33	664,55	726,21	412,03	473,73	-18,7%	-25,0%	588,03
Vila Pavão	41,35	39,23	39,89	43,15	42,86	43,07	47,76	15,5%	19,7%	42,47
Vila Valério	35,31	37,31	38,45	47,08	51,64	49,61	54,60	54,6%	42,0%	44,86
Vila Velha	898,31	894,20	909,15	982,25	1.023,42	1.071,00	1.163,88	29,6%	28,0%	991,75
Vitória	3.386,32	3.753,64	3.912,57	4.336,13	3.478,49	3.068,56	3.466,86	2,4%	-11,4%	3.628,94
TOTAL MUNICÍPIOS	26.566,76	28.534,29	29.633,92	29.570,93	28.811,00	24.691,08	26.539,71	-0,1%	-10,4%	27.763,95
MÉDIA MUNICÍPIOS	340,60	365,82	379,92	379,11	369,37	316,55	340,25	-0,1%	-10,4%	355,95
Estado + Municípios	26.741,27	28.730,57	29.823,12	29.801,26	29.055,44	24.952,39	26.867,10	0,5%	-	27.995,88

Fonte: Estado: Sigefes; Municípios: Cidades. Elaborado por: NATR/TCEES

1) Posição em 31 de dezembro

2) Valores atualizados pelo IPCA até dez/2022

3) Governador = dez-2022 / dez-2018; Prefeito = dez-2020 / dez-2016



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

APÊNDICE B – Indicador “INVESTIMENTO TOTAL / RCL”

Ente	INVESTIMENTO TOTAL* / RCL					Média 2018-2022
	2018	2019	2020	2021	2022	
Estado	11%	10%	13%	17%	24%	15%
Afonso Cláudio	6%	8%	8%	6%	5%	6%
Água Doce do Norte	9%	6%	5%	8%	18%	9%
Água Branca	17%	12%	17%	10%	18%	15%
Alegre	3%	7%	3%	5%	6%	5%
Alfredo Chaves	7%	9%	12%	14%	12%	11%
Alto Rio Novo	9%	5%	17%	7%	12%	10%
Anchieta	3%	7%	10%	7%	8%	7%
Apiacá	3%	4%	2%	4%	9%	4%
Aracruz	4%	6%	6%	4%	8%	6%
Atilio Vivacqua	5%	8%	8%	5%	21%	9%
Baixo Guandu	5%	8%	24%	4%	7%	10%
Barra de São Francisco	7%	7%	3%	7%	12%	7%
Boa Esperança	10%	10%	13%	6%	7%	9%
Bom Jesus do Norte	7%	7%	22%	5%	19%	12%
Brejetuba	5%	18%	8%	11%	16%	12%
Cachoeiro de Itapemirim	4%	9%	5%	6%	11%	7%
Cariacica	9%	18%	18%	11%	18%	15%
Castelo	4%	4%	5%	6%	13%	6%
Colatina	5%	6%	7%	4%	7%	6%
Conceição da Barra	7%	6%	3%	2%	7%	5%
Conceição do Castelo	10%	11%	13%	5%	7%	9%
Divino de São Lourenço	4%	6%	14%	4%	5%	7%
Domingos Martins	7%	9%	8%	9%	9%	9%
Dores do Rio Preto	12%	11%	12%	14%	19%	14%
Ecoporanga	8%	14%	14%	6%	8%	10%
Fundão	2%	4%	5%	5%	11%	5%
Governador Lindenberg	13%	13%	22%	12%	18%	16%
Guaçuí	6%	9%	8%	5%	20%	10%
Guarapari	9%	13%	21%	13%	12%	14%
Ibatiba	8%	17%	15%	6%	6%	10%
Ibiraçu	11%	9%	9%	11%	5%	9%
Ibitirama	7%	9%	9%	13%	13%	10%
Iconha	8%	6%	12%	9%	11%	9%
Irupi	4%	4%	5%	8%	7%	6%
Itaguaçu	15%	13%	11%	7%	8%	11%
Itapemirim	7%	13%	8%	3%	5%	7%
Itarana	11%	8%	20%	9%	13%	12%
Iúna	3%	6%	6%	4%	23%	8%
Jaguare	4%	5%	20%	7%	11%	10%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

Ente	INVESTIMENTO TOTAL* / RCL					Média 2018-2022
	2018	2019	2020	2021	2022	
Jerônimo Monteiro	16%	18%	12%	9%	8%	13%
João Neiva	5%	7%	10%	7%	9%	8%
Laranja da Terra	11%	16%	14%	6%	24%	14%
Linhares	2%	8%	16%	11%	9%	9%
Mantenópolis	10%	10%	13%	8%	10%	10%
Marataizes	5%	12%	29%	10%	11%	13%
Marechal Floriano	7%	15%	9%	15%	14%	12%
Marilândia	10%	11%	13%	6%	17%	11%
Mimoso do Sul	4%	6%	6%	6%	9%	6%
Montanha	6%	5%	5%	5%	4%	5%
Mucurici	7%	12%	16%	10%	15%	12%
Muniz Freire	3%	5%	4%	5%	13%	6%
Muqui	11%	7%	14%	9%	9%	10%
Nova Venécia	6%	7%	9%	7%	8%	8%
Pancas	8%	14%	17%	4%	16%	12%
Pedro Canário	11%	8%	20%	9%	16%	13%
Pinheiros	6%	7%	6%	8%	9%	7%
Piúma	2%	8%	11%	7%	10%	8%
Ponto Belo	4%	10%	15%	20%	33%	16%
Presidente Kennedy	14%	7%	29%	25%	12%	17%
Rio Bananal	3%	5%	6%	2%	5%	4%
Rio Novo do Sul	6%	13%	9%	15%	15%	11%
Santa Leopoldina	9%	7%	11%	7%	14%	10%
Santa Maria de Jetibá	8%	19%	19%	11%	11%	14%
Santa Teresa	6%	9%	11%	6%	12%	9%
São Domingos do Norte	17%	14%	17%	9%	15%	14%
São Gabriel da Palha	7%	8%	11%	6%	4%	7%
São José do Calçado	6%	7%	7%	6%	14%	8%
São Mateus	2%	3%	4%	3%	6%	4%
São Roque do Canaã	17%	17%	37%	12%	31%	23%
Serra	10%	16%	22%	13%	19%	16%
Sooretama	11%	11%	8%	8%	12%	10%
Vargem Alta	11%	15%	13%	6%	19%	13%
Venda Nova do Imigrante	10%	9%	4%	10%	15%	9%
Viana	14%	29%	29%	15%	18%	21%
Vila Pavão	9%	16%	17%	7%	14%	13%
Vila Valério	12%	17%	12%	3%	15%	12%
Vila Velha	8%	7%	12%	13%	13%	11%
Vitória	7%	6%	11%	6%	7%	7%
TOTAL MUNICÍPIOS	7%	10%	13%	9%	12%	10%
MÉDIA MUNICÍPIOS	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Estado + Municípios	9%	10%	13%	13%	18%	13%

Fonte: Estado: Sigefes; Municípios: Cidades. Elaborado por: NATR/TCEES

*Investimento total (despesa empenhada) = investimentos + inversões financeiras (não inclui amortização)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

APÊNDICE C – Indicador “INVESTIMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS / INVESTIMENTO TOTAL”

Ente	INVESTIMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS* / INVESTIMENTO TOTAL**						Média 2018-2022
	2018	2019	2020	2021	2022		
Estado	95%	76%	85%	90%	88%	87%	
Afonso Cláudio	-8%	31%	83%	34%	-18%	25%	
Água Doce do Norte	37%	80%	9%	-56%	69%	28%	
Águia Branca	26%	21%	61%	-28%	27%	21%	
Alegre	30%	69%	60%	43%	-10%	39%	
Alfredo Chaves	40%	-2%	69%	44%	33%	37%	
Alto Rio Novo	33%	-95%	33%	65%	8%	9%	
Anchieta	51%	66%	87%	59%	53%	63%	
Apiacá	-112%	68%	-159%	-226%	38%	-78%	
Aracruz	66%	84%	80%	72%	27%	66%	
Atilio Vivacqua	-33%	50%	8%	-24%	3%	1%	
Baixo Guandu	13%	40%	36%	10%	-22%	15%	
Barra de São Francisco	21%	22%	59%	78%	73%	51%	
Boa Esperança	32%	36%	62%	15%	-121%	5%	
Bom Jesus do Norte	-89%	-24%	70%	-134%	28%	-30%	
Brejetuba	36%	100%	100%	98%	62%	79%	
Cachoeiro de Itapemirim	70%	82%	44%	-84%	37%	30%	
Cariacica	17%	48%	43%	50%	44%	40%	
Castelo	-12%	72%	58%	70%	79%	54%	
Colatina	11%	46%	58%	51%	2%	34%	
Conceição da Barra	61%	79%	92%	7%	93%	67%	
Conceição do Castelo	18%	43%	43%	-36%	-57%	2%	
Divino de São Lourenço	-68%	16%	20%	40%	-165%	-31%	
Domingos Martins	26%	62%	56%	57%	32%	46%	
Dores do Rio Preto	42%	79%	81%	35%	58%	59%	
Ecoporanga	56%	79%	66%	-6%	0%	39%	
Fundão	63%	65%	97%	37%	26%	58%	
Governador Lindenberg	2%	34%	35%	11%	38%	24%	
Guaçuí	28%	75%	82%	76%	88%	70%	
Guarapari	63%	96%	94%	93%	90%	87%	
Ibatiba	56%	70%	73%	-44%	86%	48%	
Ibiraçu	8%	64%	49%	38%	20%	36%	
Ibitirama	-19%	15%	100%	76%	-5%	33%	
Iconha	30%	55%	44%	-4%	-1%	25%	
Irupi	20%	45%	66%	23%	-76%	16%	
Itaguaçu	34%	74%	55%	81%	30%	55%	
Itapemirim	98%	100%	100%	83%	80%	92%	
Itarana	25%	48%	61%	30%	28%	38%	
Lúna	21%	31%	84%	1%	6%	29%	
Jaguare	-4%	40%	73%	0%	1%	22%	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

Ente	INVESTIMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS* / INVESTIMENTO TOTAL**					Média
	2018	2019	2020	2021	2022	2018-2022
Jerônimo Monteiro	36%	43%	55%	73%	16%	45%
João Neiva	51%	33%	52%	85%	64%	57%
Laranja da Terra	-37%	59%	37%	25%	45%	26%
Linhães	60%	60%	30%	20%	62%	46%
Mantenópolis	40%	66%	55%	-2%	74%	47%
Marataizes	61%	93%	99%	96%	47%	79%
Marechal Floriano	26%	44%	55%	63%	67%	51%
Marilândia	4%	39%	46%	14%	-7%	19%
Mimoso do Sul	15%	60%	79%	11%	44%	42%
Montanha	59%	52%	83%	37%	26%	51%
Mucurici	74%	61%	66%	76%	12%	58%
Muniz Freire	-3%	16%	75%	31%	5%	25%
Muqui	24%	-19%	58%	32%	-20%	15%
Nova Venécia	68%	50%	21%	47%	82%	54%
Pancas	32%	-14%	32%	-76%	0%	-5%
Pedro Canário	53%	65%	81%	80%	-14%	53%
Pinheiros	1%	60%	43%	69%	76%	50%
Piúma	-60%	80%	99%	90%	12%	44%
Ponto Belo	-11%	55%	99%	63%	29%	47%
Presidente Kennedy	99%	100%	100%	99%	100%	100%
Rio Bananal	15%	74%	83%	35%	-48%	32%
Rio Novo do Sul	-96%	61%	71%	62%	77%	35%
Santa Leopoldina	39%	47%	53%	-45%	31%	25%
Santa Maria de Jetibá	-1%	31%	49%	40%	58%	35%
Santa Teresa	-56%	56%	41%	42%	46%	26%
São Domingos do Norte	69%	91%	83%	62%	-7%	59%
São Gabriel da Palha	33%	58%	29%	67%	-85%	21%
São José do Calçado	-71%	75%	97%	56%	94%	50%
São Mateus	-18%	46%	61%	57%	37%	37%
São Roque do Canaã	11%	71%	76%	-37%	-12%	22%
Serra	51%	27%	60%	84%	78%	60%
Sooretama	72%	70%	67%	33%	-12%	46%
Vargem Alta	-21%	20%	52%	23%	-25%	10%
Venda Nova do Imigrante	59%	92%	53%	65%	70%	68%
Viana	14%	49%	53%	65%	64%	49%
Vila Pavão	-23%	34%	57%	-162%	15%	-16%
Vila Valério	45%	65%	68%	-91%	27%	23%
Vila Velha	68%	81%	85%	82%	62%	76%
Vitória	50%	47%	32%	95%	85%	62%
TOTAL MUNICÍPIOS	45%	56%	61%	62%	53%	56%
MÉDIA MUNICÍPIOS	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%	0,7%	1%
Estado + Municípios	78%	67%	74%	82%	78%	76%

Fonte: Estado: Sigefes; Municípios: Cidades. Elaborado por: NATR/TCEES

*Investimento com recursos próprios = investimento total - (receita de transferências de capital + operações de crédito)

**Investimento total (despesa empenhada) = investimentos + inversões financeiras (não inclui amortização)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

APÊNDICE D – Indicador “INVESTIMENTO TOTAL / DESPESA TOTAL”

Ente	INVESTIMENTO TOTAL* / DESPESA TOTAL					Média 2018-2022
	2018	2019	2020	2021	2022	
Estado	11%	11%	14%	17%	23%	15%
Afonso Cláudio	6%	8%	8%	6%	5%	7%
Água Doce do Norte	8%	6%	5%	9%	16%	9%
Água Branca	15%	12%	19%	11%	16%	15%
Alegre	3%	6%	4%	5%	7%	5%
Alfredo Chaves	7%	8%	12%	13%	12%	10%
Alto Rio Novo	9%	5%	15%	7%	12%	9%
Anchieta	3%	8%	9%	7%	7%	7%
Apiacá	3%	4%	3%	4%	8%	4%
Aracruz	4%	7%	6%	5%	9%	6%
Atilio Vivacqua	5%	7%	8%	5%	17%	9%
Baixo Guandu	5%	9%	22%	5%	7%	10%
Barra de São Francisco	7%	7%	4%	7%	11%	7%
Boa Esperança	10%	9%	13%	6%	7%	9%
Bom Jesus do Norte	8%	8%	19%	5%	17%	11%
Brejetuba	6%	17%	9%	12%	15%	12%
Cachoeiro de Itapemirim	4%	9%	6%	6%	10%	7%
Cariacica	9%	17%	18%	11%	17%	15%
Castelo	4%	4%	5%	7%	13%	7%
Colatina	5%	6%	7%	5%	7%	6%
Conceição da Barra	7%	6%	3%	2%	7%	5%
Conceição do Castelo	10%	10%	12%	6%	7%	9%
Divino de São Lourenço	4%	5%	13%	5%	5%	7%
Domingos Martins	7%	9%	9%	11%	9%	9%
Dores do Rio Preto	11%	11%	13%	14%	18%	13%
Ecoporanga	9%	13%	14%	7%	8%	10%
Fundão	2%	4%	5%	6%	11%	6%
Governador Lindenberg	12%	13%	21%	12%	14%	14%
Guaçuí	5%	7%	8%	6%	18%	9%
Guarapari	9%	12%	20%	13%	11%	13%
Ibatiba	8%	15%	15%	6%	6%	10%
Ibiraçu	10%	9%	10%	13%	5%	9%
Ibitirama	7%	8%	9%	13%	12%	10%
Iconha	7%	6%	12%	9%	11%	9%
Irupi	3%	4%	5%	9%	7%	5%
Itaguaçu	14%	12%	12%	8%	8%	11%
Itapemirim	7%	13%	7%	3%	5%	7%
Itarana	11%	8%	19%	10%	12%	12%
Íuna	4%	6%	6%	4%	18%	8%
Jaguará	4%	5%	19%	8%	10%	9%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos - NATR

Ente	INVESTIMENTO TOTAL* / DESPESA TOTAL					Média 2018-2022
	2018	2019	2020	2021	2022	
Jerônimo Monteiro	14%	15%	13%	9%	8%	12%
João Neiva	5%	8%	12%	10%	10%	9%
Laranja da Terra	10%	14%	14%	7%	20%	13%
Linhares	2%	7%	14%	11%	8%	9%
Mantenópolis	10%	10%	12%	8%	9%	10%
Marataizes	5%	15%	24%	13%	11%	13%
Marechal Floriano	7%	13%	9%	14%	14%	11%
Marilândia	10%	10%	12%	6%	14%	11%
Mimoso do Sul	3%	6%	6%	6%	9%	6%
Montanha	6%	5%	5%	5%	4%	5%
Mucurici	8%	11%	15%	11%	14%	12%
Muniz Freire	3%	5%	4%	5%	12%	6%
Muqui	11%	7%	13%	9%	8%	10%
Nova Venécia	6%	7%	9%	8%	8%	8%
Pancas	7%	12%	15%	4%	14%	10%
Pedro Canário	11%	9%	21%	10%	14%	13%
Pinheiros	6%	7%	6%	8%	9%	7%
Piúma	2%	8%	10%	8%	9%	7%
Ponto Belo	5%	10%	16%	19%	25%	15%
Presidente Kennedy	16%	11%	23%	30%	15%	19%
Rio Bananal	4%	6%	8%	3%	5%	5%
Rio Novo do Sul	6%	13%	11%	15%	15%	12%
Santa Leopoldina	8%	7%	12%	9%	14%	10%
Santa Maria de Jetibá	8%	17%	19%	11%	10%	13%
Santa Teresa	6%	8%	11%	7%	12%	9%
São Domingos do Norte	16%	14%	19%	9%	13%	14%
São Gabriel da Palha	6%	7%	10%	6%	5%	7%
São José do Calçado	6%	7%	8%	6%	16%	9%
São Mateus	2%	3%	3%	3%	6%	4%
São Roque do Canaã	16%	16%	32%	14%	24%	20%
Serra	9%	15%	21%	13%	18%	15%
Sooretama	10%	10%	8%	8%	11%	9%
Vargem Alta	11%	14%	14%	7%	18%	13%
Venda Nova do Imigrante	9%	9%	5%	11%	14%	10%
Viana	14%	25%	27%	17%	19%	20%
Vila Pavão	9%	15%	16%	7%	13%	12%
Vila Valério	12%	15%	12%	3%	13%	11%
Vila Velha	8%	7%	13%	13%	13%	11%
Vitória	6%	6%	11%	8%	8%	8%
TOTAL MUNICÍPIOS	7%	10%	13%	10%	11%	10%
MÉDIA MUNICÍPIOS	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0%
Estado + Municípios	9%	11%	13%	14%	18%	13%

Fonte: Estado: Sigefes; Municípios: Cidades. Elaborado por: NATR/TCEES

*Investimento total (despesa empenhada) = investimentos + inversões financeiras (não inclui amortização)